



ACTA N.º 35

Sessão Extraordinária Outubro

Sessão de 10/10/2019

Aos dez dias do mês de Outubro do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e a Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Tiago Filipe Santos, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Sílvia Saraiva de Carvalho Martins, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto da Cruz Aguiar, Manuel Vieira dos Santos, Raúl Ventura Martins, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta sessão não houve faltas de presença dos deputados.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa, e Joana da Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Sílvia Saraiva de Carvalho Martins, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, e Andreia Patricia Pereira da Fonseca.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel Marques de Oliveira, e João Carlos Rodrigues Morgado, se fizeram substituir nesta sessão, por Tiago Filipe Santos e Manuel Vieira dos Santos, respectivamente.⁰⁰²

Posse Presidente de Junta Freguesia: Por falecimento do Presidente de Junta da União de Freguesias de Requeixo/Nossa Senhora Fátima/Nariz, nos termos do artigo 79.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário, que de acordo com a eleição dos novos órgãos do executivo da Junta de Freguesia, o novo Presidente de Junta de Freguesia é o Senhor Miguel António Costa da Silva.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária em Outubro, cujos pontos se transcrevem.

Ponto 1 – Apreciação e votação do lançamento do procedimento por concurso público internacional de “Requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado em Aveiro e Concessão do Serviço Público de Estacionamento em Parques de Estacionamento Subterrâneos – projeto de execução e abertura de procedimento”, para efeitos de prévia autorização para a celebração do contrato, nas condições gerais previstas nas peças procedimentais, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento por concurso público do concurso de “Concessão de Exploração do Bar-Esplanada do Cais da Ribeira de Esgueira.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Vogal Pires da Rosa (PS):⁰⁰⁴

"Senhor Presidente hoje estamos com público acrescido e isto é a casa da democracia e temos a participação dos eleitores, faria sentido e proponho a V. Exa para apreciação pela Assembleia que nós pudéssemos fazer a alteração da intervenção do Público e permitir que falassem no início que é o que faz sentido porque os cidadãos vieram aqui também para dizer o que pensam sobre isto e não faz sentido que os cidadãos falem depois da aprovação ter sido feita.

Portanto nesse sentido proponho formalmente ao presidente da mesa que proponha à Assembleia, caso não haja oposição, para que a intervenção do público possas ser feita no início. E era nesse sentido que a minha interpelação à Mesa."

Presidente da Mesa:⁰⁰⁵

"Senhor Deputado disse "caso não haja oposição". Presumo eu que haja oposição para alterarmos o que está no Regimento explicitamente. Compete à Mesa a interpretação das lacunas do Regimento. No entanto aqui não há lacuna nenhuma. O Senhor deputado poderá dizer e até eu poderia pensar melhor sobre todo o Regimento. Mas foi feita uma revisão na entrada deste mandato e foi criada uma Comissão para a revisão do Regimento e antes da aprovação da proposta final, fiz questão pessoal de consultar cada um dos partidos para dizerem de sua justiça, e não me recordo que este problema tivesse sido suscitado pelo partido socialista. Não me recordo. Portanto foi aprovado um novo regimento que inclusivamente colocou, não pela minha experiência nestas lides, mas pela experiência que outros senhores deputados têm, que era importante nas sessões ordinárias o público passar a fazer a sua intervenção no início. Foi isso que ficou estabelecido no Regimento.

Portanto para as lacunas a Mesa estará aqui para estudar e interpretar. Essa responsabilidade não é de mais ninguém, é da Mesa. E a Mesa vai exercê-la até ao fim enquanto aqui estiver. E portanto em relação ao que está escrito no Regimento, está escrito, e pela minha iniciativa não vamos alterar."

Vogal Pires da Rosa (PS):⁰⁰⁶

"Senhor Presidente isto não é uma questão a Assembleia é política. Como calculará o Senhor Presidente é o Presidente de todos nós, mas é representante do PSD. A minha pergunta é se o Senhor Presidente se opõe a que seja feita a alteração, porque eu não ouvi mais ninguém a manifestar-se., É a pergunta que lhe fazia. Se me disser que se opõe, sim senhor. Mas tem de ficar com esse ónus."

Presidente da Mesa:

"Senhor deputado eu fico com esse ónus e todos os outros das minhas decisões."

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento.

Ponto 1 – Apreciação e votação do lançamento do procedimento por concurso público internacional de “Requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado em Aveiro e Concessão do Serviço Público de Estacionamento em Parques de Estacionamento Subterrâneos – projeto de execução e abertura de procedimento”, para efeitos de prévia autorização para a celebração do contrato, nas condições gerais previstas nas peças procedimentais, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 03/10/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁷

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁰⁹

"Obrigado Senhor Presidente. Cumprimento todos, em especial para o público que nos visita hoje em grande número. É sempre um prazer ver o povo neste plenário.

Relativamente a este projeto para não mudou de ideias, é contra. E sobretudo em relação ao parque de estacionamento. O que vai acontecer à superfície é mutável é reversível, podemos mudar de ideias, pode sofrer transformações e uma evolução em função daquilo que vamos sentindo em termos de impacto relativamente aos cidadãos. Já a cave e o estacionamento continuamos a julgar que não é pertinente, não é relevante, e é do ponto de vista do bem-estar das pessoas e da vivência e da economia da cidade um do retrocesso.

E é um retrocesso do ponto de vista ambiental, do ponto de vista paisagístico, é retrocesso do ponto de vista dos hábitos das pessoas. Porque, de facto, fala-se em tirar os carros da cidade, mas esta política deste executivo insiste em criar condições para as pessoas que criam o hábito a e vontade de levar o carro até à loja, até à esquina dos centros comerciais.

A redução de Co2 é as medidas mais significativas do compromisso sério para a sustentabilidade ambiental das cidades. Isso é um facto.

Esta questão de esconder os carros por debaixo da terra é uma falácia desse ponto de vista. Não dá esse contributo porque os carros continuam a circular, como é óbvio. Porque as artérias continua a circular no parque de estacionamento. A Rua João Mendonça, a dos Galitos, a do Batalhão de Caçadores, a própria Avenida Doutor Lourenço Peixinho, há momentos, grandes momentos durante o dia que estão efetivamente congestionadas.

Eu sei que o Senhor Presidente já disse que isto ia baixar de forma gradual. Mas isto temos que pensar isto a longo prazo, médio longo prazo. A cidade está com certeza a expandir-se e isso é perfeitamente aceitável, mas não se está a expandir para ali.

Agora eu queria aqui colocar duas questões ao Senhor Presidente. Esta é a nossa posição, sempre foi, manteremos até ao fim. infelizmente, não conseguimos ficar convencidos da pertinência deste projeto.

Primeiro a questão em relação ao trânsito. De facto eu queria que se pronunciar sobre a manutenção da circulação nestas artérias? Portanto se confia que daqui a 10 20 30 anos isto não estará significativamente pior. E, portanto, queria que me explicasse qual é a ideia do executivo em relação a isso.

E queria ainda outro ponto em relação a limpeza. Maior limpeza e a maior rapidez. Ou seja, maior limpeza da obra, maior rapidez, maior custo. Isto surgiu agora numa fase já final da consolidação do projeto para apresentação à Assembleia Municipal. E eu queria saber quando é que isto foi suscitado, ou seja, em que momento é que o executivo percebeu que teria que pagar mais para ter mais celeridade na obra, no sentido também de a tornar mais limpa.

E eu não percebi ainda a profundidade desta limpeza! Eu gostaria de perceber o que é que quer dizer com esta limpeza. Para já é tudo. Muito obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [010](#)

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores deputados municipais, Senhor Presidente de Câmara, Vereadores e demais presentes. Sobre este assunto há muitíssimas formas por onde começar a discussão. E a primeira de todas de parte do Partido Comunista Português, para enviar uma saudação ao Movimento Juntos pelo Rossio e votos de sucesso na sua petição que está neste momento no Parlamento Europeu.

A petição 0741/2019, portanto, visando portanto criar uma outra leitura sobre este facto e desejamos, de facto, as melhores felicidades para este processo.

A segunda ideia, central, inicial, que retomarem mais à frente, tem a ver com uma expressão utilizada pelo senhor Presidente aquando na apresentação do ponto, quando refere e cito "um negócio atrativo para o mercado".

Terceira ideia introdutória, já não seria pouco aquilo que está em curso no Rossio, agora também o parque do Mercado Manuel Firmino vai de brinde. Mas já lá iremos.

Quanto à ideia inicial, no meio disto tudo, a primeira vítima é o Rossio e até a autoestima de Aveiro, com um buraco que ali se encontra já há larguíssimos meses, sem solução. Num processo que apenas serviu para envergonhar Aveiro durante este período, enfim. As palavras serão sempre curtas para caracterizar todo o sentimento de revolta do buraco que ali está e que suscita a qualquer aveirense digno.

Sobre aquilo que é o projecto o Partido Comunista Português, é desde há muito conhecido. Não mudámos de posição nem o faremos. Nós somos contra este projecto pelo que ele representa de agressividade em relação áquilo que são interesses e aquilo que é a posição manifestada pela população de Aveiro ao longo de todo este processo que não foi sufragado em momento eleitoral pela maioria que agora o pretende impor. Essa é desde logo uma primeira análise essencial. Esta maioria pretende impor à população e ao município de

Aveiro, portanto, uma construção que das opiniões conhecidas são maioritariamente contrárias como, aliás, é público e notório.

É necessário reafirmar que a obra que se pretende ali fazer tem um planeamento urbano do passado, na exata medida em que pretende concentrar mais veículos numa zona sensível da cidade, numa zona central da cidade em vez de promover uma política de dispersão do automóvel das zonas centrais e mais sensíveis da cidade. É exatamente o contrário.

E aquilo que é mais penoso é que a mesma autarquia que hoje enche a boca com ciclovias e por aí fora, depois faz no centro da cidade exatamente o contrário daquilo que propaguei-a e diz que quer fazer noutras zonas do município. Portanto é uma lógica absolutamente contraditória que não faz qualquer sentido. Enfim, não fará qualquer sentido. Mais é até um desincentivo da utilização dos transportes suaves.

Dizia eu à pouco, que se não era pouco a população não só não ter sido auscultada, como aquilo que se conhece da sua posição ser negativa, é também notório que esta autarquia, esta maioria, não fez um esforço e PCP já aqui o denunciou, para ouvir técnicos e outros que com qualidade Académica e outras opiniões não foram ouvidos neste projeto.

Há ainda a questão dos riscos geotécnicos associados a uma obra desta envergadura naquela zona do município. De facto e é notório e quem já tem construções ali sabe dos riscos naquela zona devido à natureza do território e à natureza da Ria que ali impõe. Ou seja, há um risco de haver ali de facto problemas e uma obra em contínuo cujo sucesso se desconhece e com consequências que não se percebem ainda e que ainda não são absolutamente claras. Sempre se dirá que a engenharia suporta tudo. Mas a verdade é que entretanto a população vai pagando o preço dessa mesma incúria.

Dizer ainda uma ou duas coisas. Ninguém, eu acho que não há nenhum aveirense que discordará da ideia do um Rossio arranjado de um Rossio renovado. De um Rossio mais aprazível, valorizado, que promova portanto o passeio, a atividade de lazer, até ao desporto, enfim, uma série de atividades.

Mas a realidade é que o projeto está apresentado não tem rigorosamente nada que ver com isso. É sim, um projeto de destruição de um jardim e, portanto, a criação de uma grande praça, o que, aliás, não se conhece qual a necessidade disso. Basta recordar aquilo que é a Praça Marquês de Pombal em frente ao Tribunal, que é uma praça que tem exatamente estas características. Ampla, aberta, com pouca vegetação e onde, enfim, qualquer aveirense sabe a tristeza em que aquela praça se encontra, sem focos de interesse, uma zona árida, sujeita a ventos, sujeita às agruras do clima, sem eventos, desagradável.

Aquilo que o projecto apresentado para o Rossio tem é largo modo exatamente uma praça como aquela, com aquelas características, da praça Marquês de Pombal. Aliás, enfim, o sucesso é conhecido.

Terminaria com aquela que é a posição do Partido Comunista Português e é a nossa posição em relação àquilo que é o desenvolvimento desta cidade, do concelho, mas desta cidade e da sua zona central nos últimos anos. Que é a ideia de uma descaracterização. É a ideia de uma terra que está à venda, onde interesses que não são os interesses de Aveiro e por Aveiro, entenda-se do povo de Aveiro, se vão continuamente sobrepondo. É uma Cidade sem caracterização. É uma Cidade onde o imóvel,, o solo, o terreno, é diariamente vendido ao arrepio dos interesses da população. E sempre, sempre, sempre, numa lógica de descaracterização por um lado e depois da alienação de património não só físico, mas também cultural aveirense, por interesses que não são os do povo de Aveiro.

E por isso retomava aquilo que foi a expressão, que eu tive o cuidado de apontar, da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, sobre o negócio atrativo para o mercado.

É que o desenvolvimento de Aveiro não pode ser atrativo para o mercado. O desenvolvimento de Aveiro tem de ser atractivo para o povo de Aveiro. É o povo de Aveiro que aqui vive, que aqui trabalha, que aqui pretende residir e não apenas a especulação e os interesses

financeiros do momento que abarbatam daquilo que é, portanto, o nosso concelho e o nosso município. Nesse sentido preocupa-nos muito que esta ideia de um parque de estacionamento para o Rossio, de facto, correspondente a tal negócio atrativo para o mercado. Mas que não corresponde a um negócio atrativo para Aveiro e para o povo de Aveiro. Esta é a posição do PCP."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [011](#)

"Senhor Presidente, começo a minha intervenção recuperando uma intervenção feita por uma adolescente durante a greve climática feita no passado dia 27 de setembro, em que apelava aos seus pares para abandonar o transporte individual e começar a usar transportes públicos ainda que, disse ela, reconhecer que em Aveiro isso era extremamente difícil, mas que tinha de ser esse o caminho.

Portanto Senhor Presidente temos aqui as gerações mais jovens a dar o mote e a dizerem ao que vêm e o que esperam para o futuro quer seja a falar com os seus pares quer seja a falar com os decisores políticos. Portanto só podemos lamentar que o Senhor Presidente não pudesse estar presente nesse momento para ouvir as pessoas mais novas em Aveiro têm a dizer sobre essa matéria.

E portanto em contra ciclo esbarramos nesta senda do Senhor Presidente da CMA, de uma obra em total contra corrente do que se discute no país e no mundo para mitigar os efeitos da crise climática que se vivem. Crise climática esta que exige combate às alterações climáticas, descarbonização das cidades, e obviamente alteração do paradigma de utilização de transporte individual para transporte coletivo.

E quanto a esta matéria o Senhor Presidente nada faz. Pelo contrário, insiste, persiste e agrava um modelo de mobilidade baseado no transporte individual. É notório. Nós olhamos para Aveiro e de facto há um problema em Aveiro que é o excesso de carros. Podemos perguntar, resolve-se com um parque de estacionamento? A resposta é não porque têm surgido vários parques de estacionamento em terrenos ao lado do Hospital e tudo mais, que continuam cheios e Aveiro continua a ter um problema de falta de estacionamento e de excesso de carros. E portanto está na altura de perceber que o que falta não é criar condições para que os carros possam chegar à cidade, mas uma alternativa a esses carros, fazendo uma aposta nos transportes públicos e privilegiando o modo de deslocação activa e não poluente. O Senhor Presidente também já disse, põe tudo no mesmo saco, carro, bicicleta, andar a pé é tudo a mesma coisa. Mas não é. Uns poluem e outros não poluem. E portanto é uma escolha da política que tem de ser feita.

E quando olhamos para esta escolha política que é o parque de estacionamento percebemos que o senhor Presidente não está disposto a arranjar nenhuma solução. Porque se neste momento entram 90 carros para poderem estacionar no Rossio, finda esta obra (esperemos que não) entram 219 carros. O Senhor Presidente pode dar a volta à tortilha que quiser. No final estão 2019 carros e não 90 a entrar no centro nevrálgico da cidade.

E isto agrava-se quando é conhecido o fenómeno de car cruising que consiste na procura de um lugar de estacionamento gratuito, quando nas imediações há um espaço a pagar. Obviamente a pessoa prefere não pagar a pagar. E há circuitos que se fazem tentando que a pessoa não tenha de usar o parque que exija um pagamento.

Portanto quando o Senhor Presidente afirma que vai haver uma diminuição de trânsito nas imediações do parque de estacionamento que pretende construir no Rossio, isso é falso.

Pelo contrário, havendo a expectativa como disse de um carro poder estacionar não pagando,, há muitos mais circuitos, muito mais libertação de carbono e, portanto, piores condições para o Centro da Cidade. Com mais poluição, com mais carbono, e está-se a fazer o caminho inverso ao que se devia estar a fazer.

Quiséssemos nós que houvesse tanta preocupação como houve na preparação deste parque de estacionamento, para o investimento em transportes públicos. Quiséssemos nós que houvesse esse investimento financeiro, essa preocupação em tornar os espaços mais livres de carros, espaços mais aprazíveis para as pessoas. Essa deveria ser a solução, não foi. Pelo contrário os transportes ficaram piores. Declarou a sua incompetência na sua gestão. E estamos a pagar por isso nos dias que correm.

E depois temos a questão da viabilidade económica. Não é novo, fê-lo também na concessão dos transportes quando afirmou que o negócio tinha de ser atractivo para o potencial concessionário. Portanto foi acrescentando medidas que torna-se esse negócio atractivo, aumentando o que cobra por quilometro, o centro de transportes, etc. Tal como nesse caso, quando se fala em entregar a privados uma concessão vira uma privatização. Porque falamos de 40 anos, sejamos honestos, é uma vida não é propriamente um par de anos e que depois se possa retomar uma gestão pública. E portanto a Câmara prescinde de um controlo de mecanismos essenciais de planeamento e da mobilidade para entregar a privado para tornar o negócio atractivo. Por si, já é grave.

Torna-se gravíssimo quando o Senhor Presidente andou este tempo todo a dizer que só haveria parque de estacionamento se houvesse interessados em construir e gerir o parque. Mas afinal, guardou o melhor para o fim e sabemos que agora que dois terços do dinheiro que vai ser gasto na construção deste parque são fundos públicos.

E eu gostava de lembrar-lhe que em junho de 2018 quando discutimos aqui essa matéria, o Senhor Presidente fez questão de dizer que "Pode haver viabilidade técnica de fazer estacas a 70 metros, mas se assim não for não há viabilidade financeira. Porque essa peça da obra é para ser paga por uma empresa privada que vai construir e explorar. E obviamente que se exige um equilíbrio sustentável e a opção técnica é a sustentabilidade financeira. Mas queremos ver isto com rigor e profundidade. Vamos supor o seguinte, vamos chegar à conclusão que a opção sensata é não fazer o parque subterrâneo. A análise técnica e financeira vai dizer negativo. Já tenho dito isto, se o apontamento dos estudos confirmar a estimativa da ideia base que são cerca de 4,7 milhões de euros, então muito bem, viabilidade tranquila e vamos embora. Se for por exemplo o dobro não há viabilidade acabou a conversa."

Prontos, não é o dobro é mais do dobro. Nestes documentos aparece aqui 9,8 milhões de euros a serem usados para construir o parque de estacionamento. E portanto gostava de um esclarecimento quanto a declarações feitas em Junho de 2018 e este documento em Outubro de 2019.

É isto, é que contas feitas entre Fundos Comunitários, fundos da própria autarquia, carências de rendas por cinco anos ao concessionário, dar a gestão do parque de estacionamento do mercado Manuel Firmino, isto dá uma renda, feitas as contas pelo Bloco de Esquerda de 16 euros por mês por lugar.

Parece-nos que do ponto de vista de quem é um grande gestor e de quem quer que esta obra corra bem e que o negócio seja um bom negócio, parece-nos um mau negócio. 16 euros por mês!? Quem dera a qualquer município conseguir uma garagem para arrendar por 16 euros por mês.

Portanto parece-nos um mau negócio, parece-nos um péssimo negócio. Com 9,8 milhões de euros poderíamos estar a usar noutras áreas nomeadamente em transportes públicos. Quantos anos daria de transportes públicos gratuitos à população de Aveiro 9,8 milhões de euros.

E para terminar Senhor Presidente. Só para dizer que nestas contas não está incluída a nova ponte que pretende construir que obviamente servirá de apoio a esta obra. E usar este discurso de arrasar e transformar verde em pavimento e dizer que isso é uma melhoria de um

espaço que neste momento é um jardim é ir contra tudo o que se pode dizer no usufruto de espaços colectivos agradáveis e não nos parece que seja o caminho."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [012](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes. E contrariamente áquilo que os meus colegas disseram antes, eu gosto do projecto.

Acho que o projectista conseguiu juntar as ideias que lhe foram lançadas, no sentido da melhoria. Uma só rampa no lado da ponte de São João é obviamente a cereja no topo do bolo. Era assim que deveria ter sido feito desde o principio. Foi uma das coisas que lutei desde o principio.

Eu queria deixar algum tempo, mas a única coisa que gostava que o Senhor Presidente dissesse, era explicar o envelope financeiro. Já percebi que há aqui três partes. Uma parte da Câmara, uma parte fundos comunitários, uma parte do privado. Mas não percebi isso do privado ser apenas 2,5 milhões! Julguei que 2,5 milhões era o que ia a concurso. Mas dos fundos comunitários como é obvio há partes da obra que não tem cabimento nos fundos. Haverá valores diferentes para financiar aqui, financiar acolá, Gostava de saber quais são as expectativas que a Câmara tem, se as tem, de conseguir financiamento comunitário para o projecto e quanto?

Finalmente para dizer que estava a pensar comprar um automóvel eléctrico, desses agora que estão na moda, mas depois não tenho é sitio para o carregar em Aveiro. Talvez este estacionamento fosse óptimo porque não estaciona só carros a gasóleo nem a gasolina. Estaciona os carros que existirem na altura. E como é obvio daqui a 10 anos o paradigma dos automóveis vai ser completamente diferente. Vamos estar perante a automóveis que vão obedecer, alguns hoje já obedecem, a novos paradigmas de poluição. Disse."

Vogal Ana Cláudia (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [013](#)

"Obrigada. Antes de mais, quero cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a restante mesa. O Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Vereadoras. Srs. deputados e deputadas de todas as bancadas. Caríssimo público, a comunicação social e restantes órgãos aqui presentes.

Estamos perante um ambicioso e sensível tema, contudo não nos podemos esquecer de que Aveiro é uma cidade moderna e em contínua expansão, atrevendo-me até a dizer, que será a 4ª ou 5ª cidade mais rica/evoluída de Portugal, a nível das suas infraestruturas, possuidora de uma Universidade de renome, tem belas praias, uma boa qualidade de vida para se morar e é um dos destinos turísticos mais procurados em Portugal. É devido a todos estes fatores que o projeto da obra de requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado em Aveiro, deve ser visto como uma melhoria e uma mais-valia para a nossa bela cidade.

Após uma análise detalhada de todos os projectos de especialidades, a solução preconizada parece-me correta e tecnicamente sustentável. Este tipo de solução construtiva já foi testada em outras zonas do nosso País, como é o caso do Parque das Nações (antiga EXPO 98), onde foram construídos parques de estacionamento com 5 pisos abaixo da cota soleira, em que os níveis freáticos são superiores e as escavações em grande profundidade foram, e são viáveis, sem qualquer tipo de inconvenientes técnicos.

Relativamente à envolvente, a proposta de intervenção a nível paisagístico parece-me muito interessante, com linhas modernas e bastante agradáveis para se passear e conviver.

Para mim a questão da segurança do edificado existente referido na memória, com a instalação de monitorização (pontos 4 e 5 da memória descritiva e justificativa dos projetos de especialidades de Estabilidade e de movimentação de terras) são as mais importantes.

Desde que a obra da Requalificação do Rossio seja feita por uma empresa credenciada e que seja executada uma rigorosa fiscalização, estou em crer de que não haverá qualquer tipo de problema. Se forem cumpridos à risca, todos os requisitos que constam do caderno de encargos, teremos a utilização de materiais de 1ª qualidade, com uma elevada resistência e de boa adesão.

Quanto às técnicas enunciadas no projeto, tais como Jet Grouting de 2º nível, Micro-Estacas inclinadas por injeção, repetitiva e seletiva, e a construção de uma ensecadeira, na minha opinião técnica, são as mais indicadas para o tipo de solo que o Rossio apresenta e são técnicas sofisticadas e de grande resolução.

São técnicas estudadas, que já foram utilizadas em várias obras e têm uma vasta área de aplicações tanto a nível nacional como internacional. Desde a execução de fundações novas, ao reforço da estrutura do solo, à formação de cortinas de estanquicidade, etc.

As vantagens destas técnicas possibilitam a sua aplicação em qualquer tipo de solos, mesmo a baixo nível freático, são técnicas de injeção de melhoramento dos solos e de produzirem reduzidas vibrações e ruído.

Contudo, devido aos equipamentos, mão de-obra e complexidade são técnicas onerosas.

Voltando ao assunto da monitorização do edificado, é importante o Registo da situação das construções adjacentes (edificado antigo) antes do início dos trabalhos e ao longo dos mesmos, de modo a quantificar e apenas reparar os danos causados pelos trabalhos (caso venham a existir), e não aqueles que existiam antes do início da Obra ou que têm outras origens.

Sugiro que seja feita uma monitorização mais apertada à construção nova do que à antiga. É importante definir um Plano de Monitorização Racional capaz de abranger as possíveis anomalias/patologias a encontrar nas construções e compatível com a situação atual.

Mais uma vez importa referir a necessidade de um rigoroso levantamento cadastral do edificado existente vizinho, com visitas de inspeção, antes, durante e após a obra. Deve igualmente prever-se um rigoroso levantamento visual, fotográfico e até em vídeo do estado das edificações envolventes.

Sugiro que se forme uma equipa conjunta mesmo antes do início de todos os trabalhos entre a CMA (dono de obra), os proprietários das casas adjacentes e o futuro construtor (Empreiteiro Geral da Obra).

Além disso, devem ser realizadas leituras topográficas da envolvente com frequência semanal por forma a evitar males maiores.

Deverá haver um registo rigoroso da monitorização de todos os parâmetros a controlar, designadamente: Deformações verticais do terreno; Deformações horizontais da contenção periférica; Fissuração do edificado antigo; Movimentação de juntas; Abertura de fendas; Nivelamento, Tensões; Assentamentos das fundações; Verticalidade; etc.

Estes parâmetros devem ser registados, como é da boa prática profissional dos intervenientes, no Plano de Segurança e Saúde (PSS), para que possa ser consultado sempre que o solicitarem.

Para todos estes tipos de medições e registos existem atualmente uma vasta gama de equipamentos de utilização simples e corrente na Engenharia e a custos baixos.

A título de exemplo, em construções mais antigas podemos colocar testemunhos de gesso, usar fissurómetros de canto com escala de medida das paredes ortogonais, instalação de deflectómetros, extensómetros mecânicos móveis, etc.

Posto isto, uma obra que parece complicada e complexa, na verdade não o é. Há que simplificar, não ter receio, deixar os técnicos fazerem o seu trabalho, controlar e confiar.

Todos os técnicos intervenientes neste projeto assinaram todos os termos necessários e apresentaram todos os documentos sem caducidade e que atestam a sua total competência e responsabilidade.

Para concluir, o CDS-PP vota favoravelmente a Requalificação do Largo do Rossio, recomendado vivamente que o dono de obra (CMA) tenha uma especial atenção e rigor em todo o processo construtivo, sua fiscalização e futura manutenção. Tenho dito."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [014](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente, Boa noite a todos. Estamos neste momento a colocar o ponto final num longo processo que irá permitir, a partir da sua aprovação, dar início às formalidades do concurso público e posterior início da obra de renovação do Rossio e da construção do parque de estacionamento em cave.

Todos aqueles que o pretenderam, puderam emitir a sua opinião, em reuniões de Câmara, aqui nesta Assembleia e em reuniões com o executivo municipal e julgo que com todos os partidos aqui representados, quando para tal solicitados, para além da imprensa, redes sociais, tertúlias, etc..

Julgo poder afirmar que é consensual que o estado actual do Rossio, quer a sua configuração, não permitem que o seu usufruto vá muito além da mostra de artesanato da Barrica, de uma Fun Zone durante a realização de um evento desportivo ou de um qualquer pic-nic panfletário. E o Rossio pode, e deve, ser muito mais do que isto.

Pode ser uma praça mais ampla, pois vai deixar de ter o estacionamento à superfície, que vai permitir utilizações diversificadas ao longo do ano, pode ser um jardim construído com as espécies arbóreas mais adequadas para o local, pode e vai ser um espaço de convívio, pode e vai ser um lugar mais seguro a qualquer hora do dia ou da noite, seja pelo desaparecimento do estacionamento à superfície e conseqüente afastamento dos arrumadores, seja pela iluminação nocturna que irá espantar alguns tipos de frequência ali existente, a qual não parece ser motivo de preocupação para alguns dos que lá vivem.

Ao deixar de ter estacionamento à superfície e trânsito de autocarros e ao suprimir o sentido de trânsito Pontes-Rossio, o que reduzirá imenso o trânsito desnecessário no Rossio, o número de viaturas que irá demandar aquela zona irá baixar significativamente e, dos que aí acederem pela ponte de S. João, mais de 90% entrarão certamente no parque de estacionamento deixando de andar às voltas à superfície para procurar lugar para estacionar. O reflexo imediato destas alterações, e não é necessário ser cientista do ambiente para chegar a esta conclusão, é que os níveis de poluição irão naturalmente baixar de forma relevante.

Outra vantagem significativa desta intervenção é a renovação do sistema de águas residuais, aproveitando a cave do estacionamento para a instalação de uma estação elevatória que irá substituir a que se encontra na Praça Joaquim de Melo Freitas cuja vida útil há muito está terminada, assim como o aumento da capacidade dos depósitos de RSU, permitindo assim a acabar de vez com a deplorável imagem com que tantas vezes nos deparamos dos contentores completamente cheios e com grandes quantidades de lixo à sua volta.

Finalmente, a intervenção nas pontes e Rua Clube dos Galitos, culminará a requalificação desta zona central da nossa cidade.

É pois tempo de avançar para aquilo que entendemos ser a boa solução para o Rossio, mas não sem antes fazer uma análise do que se foi ouvindo ao longo dos últimos meses.

Uma primeira crítica que se tem ouvido muito, e nesta Assembleia por diversas vezes foi feita, crítica essa sem qualquer fundamento, é a de que este projecto foi feito às escondidas da população, numa qualquer cave digna do Herman Enciclopédia de boa memória. Nada mais errado.

No boletim municipal de Junho de 2017 já constava a informação de que estava, à data, a decorrer o Concurso Público de Concepção para a Requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado, dizendo a notícia, a dado ponto, e passo a citar, “perspectivando-se que o Largo do Rossio seja dotado com um parque de estacionamento ao nível do subsolo”, fim de citação.

E a mesma informação foi dada e devidamente noticiada durante a campanha eleitoral de 2017 que resultou na eleição da Câmara Municipal.

Portanto, aqueles que dizem que o projecto foi feito às escondidas, não lêem a informação municipal, não lêem a imprensa local nem sequer se preocupam, em campanha eleitoral, em saber o que se passa com os seus concorrentes.

Da parte de alguns moradores, pelo menos daqueles que se sentem representados pelo movimento Juntos pelo Rossio, que como sabemos está bem de longe de congregar a maioria das opiniões de quem por lá reside ou trabalha, foi transmitido um conjunto de potenciais problemas, que não passam de uma história contada da maneira que julgam ser a mais favorável à sua posição, como já o demonstrou a minha colega Ana Cláudia no que respeita à construção da infra-estrutura, mas também que provam que a maior parte das críticas foi feita de ser conhecido o projecto final, ou, caso o tenham feito depois de conhecido o projecto, demonstrando uma notória dificuldade de interpretação do que é apresentado nesses documentos, nomeadamente quanto ao ambiente e à relação carro/cidade.

Curioso é o argumento da imprevisibilidade do tempo da obra, quando aquilo que nos é apresentado é um cronograma bem preciso. Sabendo-se que as técnicas de construção disponíveis nos dias que correm permitem obras do mesmo tipo, mas bem mais complexas, em localizações também bastante mais difíceis e sem problemas desta índole, e não parecendo plausível que por ali apareça qualquer artefacto explosivo da 2ª Guerra Mundial durante o desaterro, só quem usar de má-fé é que pode falar em imprevisibilidade da duração da obra antes mesmo dela começar.

Finalmente, e quanto ao jardim, enfim, aqui é uma questão de aritmética elementar perceber que o jardim terá não só mais árvores, de mais espécies e mais adaptadas ao nosso clima, como o sua área será superior à actualmente existente, factores que o irão tornar muito mais agradável.

Da parte dos agentes políticos, aquilo que resulta das opiniões expressas nos órgãos políticos, na imprensa e nas redes sociais é que os partidos de esquerda entendem que só a obra feita quando estão no poder é que boa, correcta, escrutinável e consensual.

Quando a obra não é feita pelos partidos de esquerda, tem de pensada colectivamente, discutida comunitariamente em tantos workshops quanto necessário, planeada e projectada de preferência com o recurso a vários pareceres de diversas cátedras, naturalmente assinados por catedráticos de esquerda, repetindo-se esta sequência, de tantas vezes quantas as necessárias de modo a que todo o processo demore o máximo tempo possível até que as ideias alternativas que a esquerda possa apresentar estejam todas integradas no boneco final.

Mas como ideias alternativas é coisa que normalmente não é apresentada, todos percebemos que esta tática não passa de um jogo político para tentar impedir quem está no poder de fazer ainda mais e melhor, algo que para uns não passa de um slogan, mas que para nós é uma motivação.

E não é difícil provar que não é assim através de alguns breves exemplos de obras que aconteceram em Aveiro quando o PS governava a câmara. Exemplo numero um - Fórum Aveiro. Quando é que a população aveirense foi ouvida, consultada, convocada para a discussão de uma obra em pleno centro, encostada ao canal do Côjo, com dois pisos em cave, e cuja construção poderia, quem sabe, provocar o aluimento dos muros do canal ou a derrocada da encosta do cemitério e da rua Batalhão de Caçadores 10?

Número dois - Túnel da Avenida. Quando é que a população aveirense foi ouvida, consultada, convocada para a discussão de uma obra em pleno centro, com redução a uma faixa de circulação à superfície, com estacionamento do lado contrário ao normal e que causou tanto transtorno a quem habita ou trabalha nessa zona?

Numero três - Posto de abastecimento das Glicínias. Quando é que a população aveirense foi ouvida, consultada, convocada para a discussão de uma obra que provocou, até há poucas semanas atrás, um enorme constrangimento de trânsito e a conseqüente pegada ambiental numa zona por onde passam algumas dezenas de milhares de veículos por dia?

E, para terminar, o Estádio Municipal de Aveiro.

Sabemos que sim, que foi aqui aprovado nesta casa por unanimidade dos presentes a construção de um estádio orçamentado em 6M€, mas que, no final, custou mais de 60M€. E, mesmo neste caso, quando é que a população aveirense foi ouvida, consultada, convocada para a discussão de uma obra diferente, com um colorido pouco habitual e que, essa sim, poucos consensos gerou.

É dura a confrontação com a realidade, mas esta é a realidade de quem governa: pensar, decidir, executar, e no caso da actual governação aveirense, ainda pagar o que não foi pago no passado.

Por todas estas razões, o CDS vota favoravelmente o projecto do Rossio."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹⁵

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹⁶

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰¹⁷

"Boa noite Senhor presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, Publico. Chegou a vez do Partido Socialista também se pronunciar.

Antes mesmo de começar a intervenção, acho curioso, nomeadamente a intervenção duma pessoa que muito estimo, que é o senhor deputado Jorge Greno e que, realmente, de vez em quando fico um bocadinho admirava com aquilo que o senhor deputado diz. Isto é uma assembleia, é a casa da democracia e, portanto, cada um tem direito à sua forma de pensar, mas há coisas que realmente ultrapassa um bocadinho aquilo que eu esperava — com toda a consideração e respeito que tenho. Portanto estamos aqui mais uma vez o Partido Socialista a falar sobre do processo quer do Rossio quer da Praça Humberto Delgado, que tem enorme relevância para o futuro de Aveiro. É Aveiro que interessa ao Partido Socialista. O PS defende e sempre defendeu um plano integrado para as várias idiossincrasias neste território da cidade. O PS tem uma perspetiva muito clara do que pretende para Aveiro e conseqüentemente para os aveirenses. O Rossio é um património desta cidade ao nível ambiental e só pode continuar a ser um jardim verde, agradável e convidativo, não só para os aveirenses, mas também para quem nos visita e neste momento, não são só portugueses, mas muitos, mas mesmo muitos estrangeiros.

Aquilo que se propõe fazer, de facto, deixaremos de ter, apesar de se dizer que vamos ter um maior número de árvores, o que é certo é que fazendo uma comparação entre o Rossio mesmo agora estando sem árvores, mas o Rossio que todos nós conhecemos, com aquilo que se propõe fazer, vemos uma enorme mancha de cimento que não é verde, não pode ser verde, e que pesem embora todas as atenuantes que se possa dizer para aquela requalificação, o Partido Socialista não concorda.

A nossa cidade tem que ser pensada e realizada para as pessoas. Para o seu bem-estar, para uma maior qualidade de vida, seja a nível habitacional, de serviços, cultura, e ambiente.

Aveiro tem que ser pensada para o futuro de acordo com os desafios atuais ao nível da sustentabilidade e a todos os outros níveis. O PS quer Aveiro na vanguarda e não uma cidade

com inovações retalhadas e descoordenados. Para que esses desafios sejam acolhidos com satisfação daqueles a quem se destinam, tem necessariamente de ter a colaboração das pessoas, o que não aconteceu, malgrado todas as tentativas que o PS tem feito o governo camarário tem sido e é autista em relação à audição das pessoas. Em democracia ouvem-se as pessoas sempre e não só nas eleições. É isso que o PS quer e exige dos eleitos.

Esta intervenção no Rossio e na Praça Humberto Delgado, nunca fez parte do programa eleitoral e estivemos atentos a tudo aquilo que nos propuseram, mas acho que não estamos todos com falta de memória, e sendo uma obra de importância para a cidade e o seu futuro, como projeto estruturante que é, deveria ter merecido o acolhimento do executivo a sugestão que o PS fez em devido tempo, da realização de um referendo municipal auscultando desse modo todos os aveirenses. Não é uma coisa inédita. Queremos ser muito modernos, estar muito à frente, várias cidades da União Europeia que já o fizeram para determinados problemas. Nada foi aceite o que se lamenta. Já em 2018 o PS enviou ao Senhor Presidente da Câmara o seu pensamento sobre esta requalificação. E em Janeiro de 2019 apresentou o documento de apreciação aos estudos prévios.

Portanto, não esperamos, nem que o Senhor Presidente, nem ninguém, nos venha dizer que o PS não quis e não fez qualquer proposta, nem quis intervir no processo. Nós queremos intervir forma cívica, educada e, sobretudo, pensando no bem-estar dos aveirenses.

Como o PS também já referiu várias vezes este projeto tem impactos a vários níveis. Relembro que o Rossio é a nossa sala de visitas. Ao pretender-se esta requalificação exige-se mais. Exige-se uma ideia e um projeto de cidade com visão abrangente de planeamento urbano pluridisciplinar em conjunto com as várias zonas vizinhas. Seja o bairro da Beira-Mar e, desde já, anuncio que a requalificação do bairro terá que ter a intervenção das pessoas que ali moram e não aparecer com um projeto aprovado sem a colaboração das pessoas. Eu sei que o Senhor Presidente é uma pessoa informada e que sabe o que está a fazer, e eu desejo que assim seja sempre. Mas a maior parte daquelas casas continuam a ser casas de pessoas de muita idade e qualquer procedimento, nomeadamente aquele que agora estamos aqui a discutir, terá problemas graves. Já houve problemas graves quando foi tratado ali o arranjo do Mercado Manuel Firmino, nas casas que ali estavam e estava um bocadinho mais longe.

Portanto, seja nas ruas adjacentes ou até mesmo na Avenida, não esquecendo também a interligação com vários sectores de actividade e, sobretudo, pondo as pessoas residentes e não residentes em 1º lugar. O PS quer uma cidade que garanta a qualidade de vida e bem-estar para os aveirenses. Seja as pessoas, sejam os comerciantes e aqueles que para aqui se deslocam criando riqueza. Onde obviamente se inclui os visitantes turistas.

O PS tem conhecimento de que a opinião pública não é consensual e que não foi ouvida por esta iniciativa, pois será decidida por um órgão que não quis submeter a sufrágio esta ideia. No que respeita à parte financeira e de acordo com o estudo prévio, o custo estimado da obra é de cerca de 8 milhões e meio. Em tempos foi afirmado que o financiamento seria realizado por um investidor privado e que procederia como contrapartida à exploração do parque de estacionamento. Agora será apenas parte do projeto mais onerosa e obtendo uma participação de fundos comunitários do Programa Regional do Centro 2020, que a Câmara Municipal também já apresentou. Porém o PS foi confrontado com a decisão da maioria PSD-PP de onerar a tesouraria municipal com um gasto desnecessário.

Assim vai-se construir um parque de estacionamento desnecessário onde o Executivo irá gastar uma verba avultada, prejudicando desse modo necessidades prioritárias dos aveirenses. Isto de acordo com o estudo que nos é apresentado é o município de Aveiro que paga este projecto. A concessão será dada a um privado pelo período de 40 anos acrescida agora do parque de estacionamento do Mercado Manuel Firmino.

Este dinheiro aplicado aos transportes públicos, à reparação de passeios, aos problemas de saneamento básico, era de facto melhor empregue do que teimar em querer fazer um estacionamento subterrâneo e concessioná-lo a um privado. Sim, porque quando aqui veio a baixa do IMI para 0.38 não foi possível porque diziam havia falta de dinheiro e os munícipes foram penalizados. Agora esse dinheiro vai ser aplicado numa construção em que nada beneficia os aveirenses. O PS sempre terá como objetivo primordial o bem-estar dos aveirenses. O PS quer uma cidade sustentável cujo futuro começa com todos os aveirenses seja qual for a sua cor partidária o que infelizmente não acontece com este projeto. O PS diz não a este projeto de requalificação, especialmente à construção deste parque de estacionamento. E estará atento para em devido tempo tomar as medidas que entender necessárias na defesa de Aveiro e dos aveirenses. Disse."

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰¹⁸

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰¹⁹

"Brevemente. Depois vou pedir para aumentar os tempos numa segunda ronda, se não so partidos já esgotaram todos e o assunto assim o dignifica. Estou certo que assim considerará. Mas deixe-me dizer o seguinte. A discussão é teria que repetir os argumentos, todos os argumentos que já foram feitos até aqui. Mas eu vinha à espera uma discussão diferente. E a questão política ninguém se engane aqui, o PSD e o CDS vem preparadinhos para aprovar aqui a concessão. E o deputado Jorge Greno do CDS deu a pedra de toque. Falou exatamente no Fórum Aveiro, que é exatamente o exemplo claro de que a Assembleia Municipal na altura, com membros da Assembleia Municipal com uma perspectiva independente sobre o que deve ser o futuro município — é esse o apelo que eu vos faço. Eu acredito ainda em vocês. Dizer o seguinte, o fórum Aveiro foi votado numa altura em que o CDS de uma maioria esmagadora e mais o PSD. E foi feita aqui uma explicação e na altura o executivo CDS percebeu que uma fazer uma torre com 36 andares onde hoje está o fórum talvez não fosse a melhor das ideias. Não vos estou a perceber. O engenheiro Ribau Esteves e o executivo PSD/CDS que governa a Câmara está a custar perceber que não é uma ideia fazer um parque de estacionamento no Rossio. Ninguém é contra a ideia, apesar a ideia ainda ser fraca é melhorzinha do que o projeto anterior. Mas o esquiço anterior só foi apresentado para agora dizemos está melhor.

E a questão é, o Senhor Presidente da Câmara deve ter mudado de opinião porque em Junho de 2018 (eu trazia a citação para lhe ler também, mas o tempo tem destas coisas) onde o Eng. Ribau Esteves diz que "não há conversa se for o dobro de 4,7 milhões de euros". Ora a proposta que traz é agora de 9 milhões e 800 mil. E então entramos das questões técnicas- Partindo do princípio que esta coisa duplica, devo dizer o seguinte, não encontro no caderno de encargos, na parte das obrigações dos contratos de seguros, onde é que está a responsabilidade do empreiteiro se caírem todas as casas que estão à volta de onde se vai escavar. Não encontro a apólice de seguros. O Senhor Presidente depois explicará.

Mas diria mais, numa obra destas podem vir com as explicações todas técnicas que quiserem, mas se as casas das pessoas caírem como é? Quem é que vai responder é a Câmara que é o dono da obra? É que não vejo isso no caderno de encargos. Tenho esperança que o Senhor Presidente me esclareça.

Espero que o Senhor Presidente da Mesa reconsidere o meu pedido das contagens dos tempos em relação à importância deste ponto."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [020](#)

"Obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Há aqui a argumentação que foi sendo exposta ao longo de todo este debate, mas é claro que o Rossio é um óptimo negócio com o patrocínio da Câmara.

E é um óptimo negócio para quem ficar com ele, por um valor que eu acho que é inaceitável. E com um custo de urbanidade que não é de todo tolerável. Até na argumentação isto é pobre. Porque quando nos dizem que vamos trocar 5 milhões por alguns lugar estacionamentos e mais ou menos um T0 de espaço verde (são 64 metros quadrados espaço verde), estamos realmente falados.

E a argumentação toda ela é em contradição. A nota informativa diz que, no ponto g) que isto está inserido nas estratégias de promoção da mobilidade ativa. Nos termos da concessão, fala-se da facilidade de utilização do serviço, uma vez que as empresas privadas têm plenas condições de agilizar a modernização de estacionamento. Isto é gozar com a nossa cara.

A tecnologia de modernização do estacionamento não está do lado do privado e a falta de competência do lado do público.

Depois há questões preocupantes. Havia uma enfermidade enorme de elevar uma elevação de quase um metro, no espaço verde. Pois agora não temos um metro temos 80 centímetros, que obviamente temos que ter porque há uma limitação da cheia e o projectista tem de se ater a ele.

A capela e a identidade. Não deixa de ser interessante recuperarmos uma capela que foi fechada porque o problema era de higiene e saúde pública e o facto de ela ter sido transformada em mictórios e retretes a céu livre. Ou seja, todo este projecto está cheio de visões retrógradas, mas a pior, a pior, é entregarmos com o Rossio o único (num campo em que a Câmara devia ter o controlo do estacionamento e do tráfego) entregar-nos também o único parque de estacionamento subterrâneo que temos.

Duas perguntas apenas. A primeira (eu não consegui ver, mas pode ser erro meu) já que há espaços de utilização para exposições e festas naquele buraco, eu não vi nada de em que termos é o contrato de utilização desses espaços? E qual é a relação entre a concessionária e a Câmara em termos do pagamento?

E, por outro lado, sendo que a ADRA é responsável pela construção de uma das justificativas desta obra, que é a estação elevatória, qual é a participação da ADR nesta instalação e na sua construção dessa elevatória neste espaço? Disse."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[021](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [022](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente de Câmara. Senhores deputados, publico presente. Ao contrário das intervenções anteriores, longas e exaustivas, necessárias talvez, não discuto isso, mas vou ser muito breve e directo. É a minha maneira de ser e não é agora que depois de tantos anos de autarca que vou mudar.

Senhor Presidente da Câmara, nós como nos competia, na União de Freguesias de Glória e Vera Cruz, naturalmente que a partir do momento em que este projeto veio para a praça pública, e que já começou a discutir-se e a analisar na nossa campanha eleitoral, quando o Senhor várias vezes interpelado em campanha sobre este assunto, o Senhor sempre simpaticamente com a sua paciência foi explicando às pessoas que connosco cruzavam, portanto ao contrário do que muita gente diz não é verdade que este assunto foi depois das eleições. Nós o assunto era público antes das eleições.

Fomos acompanhando o processo dia-a-dia, nas nossas reuniões da Junta de freguesia, fomos estando atentos às melhorias que se foram efetuadas no projeto. Este é bastante

diferente do que foi inicialmente apresentado por vossa Excelência, o Senhor foi ouvindo muitos cidadãos, cujos contributos foram chegando a Câmara e hoje temos um projeto válido do qual nos orgulhamos.

Já o disse na recente reunião de Câmara perante o povo presente e perante a comunicação social, onde o problema foi discutido e votado, não temos dúvidas nenhuma e que estamos claramente inteiramente com cabeça tronco e membros ao lado da Câmara Municipal neste projeto. A União de Freguesias conscientemente ponderou a frio e não tem dúvidas nenhuma de que amanhã os meus netos se orgulharão de ter um Avó que votou favoravelmente este projecto para Aveiro.

Aveiro tem crescido, Aveiro tem desenvolvimento, Aveiro não é mais a cidadezinha que era há uns anos atrás, desconhecida, desmazelada. Hoje Aveiro é uma Cidade em expansão e uma Cidade de futuro.

Senhor Presidente eu e a minha Assembleia de Freguesia concorda plenamente com este projecto. Está ao lado deste projecto e vota sem margem de dúvidas favoravelmente este projecto. Estamos contentes e cumprimento vexa. por esta grande ideia, por este grande melhoramento para a nossa cidade. Obrigado."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰²³

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²⁴

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰²⁵

"Boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente e o público presente. O que me apraz dizer sobre este projeto de requalificação do Largo do Rossio é que é um projeto que começa de uma forma absolutamente única e atípica, dentro do universo de projetos liderados por esta Câmara Municipal de Aveiro. Está definido o Código de Contratação Pública que um qualquer executivo municipal pode em função das características e tipologia dos projetos, optar pela via do ajuste direto ou do concurso público.

E, neste caso, e por se tratar de uma zona prime, uma zona nobre da cidade, uma zona muito central e delicada do ponto de vista da opinião pública, houve a humildade por parte deste executivo de optar por algo que foi sui generis, foi avançar com um concurso de ideias.

Este concurso de ideias serviu para criar efetivamente uma proposta inicial que era a base de uma discussão que se pretendia fosse alargada e participada por todos os munícipes. E cujo objetivo último era receber os contributos e acrescentar ao projeto de forma a tornar aquele espaço um espaço mais digno, mais belo, com mais utilidade, todos os aspetos que efetivamente tornem o espaço mais rico para a cidade de Aveiro. Isto de resto foi feito. A própria empresa, das 8 que participaram, a empresa que foi selecionada teve a concordância dos 5 elementos do júri, do Presidente, e de todos os Vereadores da Câmara Municipal de Aveiro, incluindo os do Partido Socialista.

E, portanto, até aqui tudo bem. Em Junho de 2018 este concurso de ideias foi aqui discutido na Assembleia Municipal, onde também aqui nessa altura houve uma grande participação dos munícipes aveirenses. E nessa mesma assembleia foi dito que, em muitos aspetos, a ideia vencedora não reunia de facto consenso em muitos aspetos da obra. E isso também foi dito aqui pelo próprio executivo. E, portanto, durante todo este tempo, o que aconteceu, o que nós verificámos foi que efetivamente houve uma alteração substancial da ideia inicial que nós todos conhecemos e esta alteração é fruto único da participação e do contributo de todos os que quiseram intervir neste processo.

E porque é que me parece que este é um aspeto muito relevante realçar em todo este processo? É que dá a sensação que há um pequeno grupo de cidadãos em Aveiro, que está a passar uma imagem e a colar esta imagem de autoritarismo e de prepotência, da parte da equipa que gere os destinos deste município, na pessoa do seu Presidente e que, a mim

pessoalmente, me faz sempre duvidar sobre quais as próprias concepções de democracia e de participação cívica que estas pessoas têm. E que me parecem esgotar-se, única e exclusivamente, quando todas as suas ideias prevalecem sobre todas as outras.

Isto não me parece de todo correto. E, portanto, acusar este executivo de falta de participação no construir de uma solução que é articulada, coerente, e que está linkada a outros aspetos de obras em redor que estão a ser feitas, nomeadamente a rotunda perto do monumento do Marnoto, a outra nova ponte das Eclusas, a requalificação do Bairro da Beira Mar, a própria Avenida Doutor Lourenço Peixinho, e já agora, como nota, fala-se muito aqui das questões ambientais e eu acho que nunca houve executivo que tivesse dado tanto contributo para as questões ambientais neste município (ouvem-se vozes)...

Presidente da Mesa:

"Desculpem lá. Como foi explicado não pode haver este tipo de manifestações. Só os Senhores deputados podem intervir. E não pode haver manifestações de parte da assistência. Acho que isso ficou claro, mas alguém pode ter chegado atrasado e pode não ter ouvido o apelo inicial. Senhor deputado pode retomar..."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD):

"Senhor Presidente, só como reação a isto, já foi uma vez explicado à Senhora deputada que fez esse comentário, se alguma vez se deu ao trabalho de medir o impacto ao nível da pegada ecológica de emissão de CO2 com a substituição de toda a frota de transportes públicos em Aveiro que estava absolutamente obsoleta? E na pode incluir também a aquisição de 3 autocarros 100% elétricos que estão neste momento a servir os municípios de Aveiro.

Isso tem um impacto. Aliás, o próprio projeto em si, na interpretação que eu faço do projeto, e como o deputado Raúl Martins já aqui o referenciou "a cereja em cima do bolo" que é o facto de haver apenas uma única rampa. Eu estou absolutamente convencido que vai reduzir substancialmente o tráfego de veículos naquela zona. E, portanto, por essa via também, dar um enorme contributo do ponto de vista ambiental à cidade de Aveiro.

Apenas para concluir dizer que hoje a situação económico-financeira do município está estabilizada. A dívida em valor relativo e absoluto (porque fala-se aqui muito da questão do financiamento do projeto), que se saiba disto, a dívida do município em valor relativo e absoluto está a diminuir. E em simultâneo, estamos a fazer um nível de investimentos no município que é necessário fazer-se um enorme esforço de memória para encontrarmos paralelo nas últimas décadas em Aveiro.

E, portanto, isto é positivo. Isto faz a Cidade avançar para a frente. E é triste que, nestes cenários, continuem sistematicamente a haver forças de bloqueio para processos cujo objetivo é apenas contribuir e melhorarem a qualidade de vida da nossa Cidade. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁶

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰²⁷

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰²⁸

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰²⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁰

"Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes na sala. Este projeto de requalificação do Rossio já começou há muito tempo. Já em plena campanha, tivemos várias ações que nos consumiram algum tempo de campanha e que serviu mesmo para isso, esclarecer algumas pessoas sobre o que queríamos sobre o Rossio.

Depois veio o estudo prévio, uma ideia prévia, que nós nesta bancada considerámos menos boa ou mesmo má. E aí definimos aqui em plena Assembleia quais seriam as nossas

propostas para melhorar essa ideia. E também já tínhamos falado com o Senhor Presidente. Essa ideia era ter uma área mais verde, ter mais árvores, ter um Rossio com uma área pedonal maior, ter passeios mais largos, ter uma bateria sanitária que não existe, ter um parque infantil maior e melhorado, ter zero estacionamento de carros à superfície, ter uma cave menos um para estacionamento de automóveis, e fazer uma requalificação de todo o bairro da Beira-Mar. Requalificação essa que tivesse por base o estudo (que está a ser feito) e que de certeza que nos vai dizer que muitas ruas do bairro (todos sabemos) não tem nenhuma condição para estacionamento. E que por motivos de segurança tem que se acabar com o estacionamento nessas ruazinhas da Beira Mar.

Noutras ruas da Beira Mar temos de condicionar se calhar circulação aos residentes. Porque elas não têm condições para mais. Condições de segurança. Saibam que hoje em dia se houver um incêndio grave naquelas ruas estreitas, é muito difícil as forças de Bombeiros actuarem lá, porque não passam porque as ruas são estreitas e às vezes têm carros a impedir. Temos de acabar com esses estacionamentos por lá.

Depois, quanto ao Rossio. Nós achamos que este projecto que é bom. Que é muito bom. E que esperamos que sim, que não haja "buracos" naquela zona. E que o buraco da antiga sede do Partido Socialista seja já tapado e que não exista também aquele buraco naquela área.

Temos duas perguntas a fazer ao Senhor Presidente. Porque foram levantadas algumas dúvidas gostávamos de saber, porque se misturou o PDM antigo com o novo PDM, se o Rossio está incluído já no antigo PDM ou se está a fazer um PDM novo para aconchegar este Rossio que está a fazer.

E gostávamos de saber Senhor Presidente se este Rossio que está hoje a ser proposto cumpre todas as regras do PDM em vigor. E gostávamos também de saber se financeiramente este projeto coloca em risco a estabilidade financeira da Câmara Municipal de Aveiro.

Para terminar dizer que a bancada do PSD votará favoravelmente este projeto. Porque entendemos ser um bom projeto para Aveiro e para os aveirenses, melhorando a qualidade de vida dos mesmos, principalmente dos residentes no Bairro da Beira-Mar."

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰³¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³²

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰³³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁴

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

"Boa noite a todos. Eu vou dar umas notas genéricas e depois responder às questões que me parecem mais pertinentes. Até porque estamos aqui num debate que é rico e respeitável como são todos os nossos debates, mas que não têm nada de novo. Nós sabemos tudo do que é que aqui se vai passar. Os pedidos de esclarecimento estão apenas a usar essa figura regimental para fazer a expressão política da matéria, não têm nada para esclarecer, está tudo esclarecido neste processo. O que eu acho que é bom. É bom. Não vale a pena estarmos aqui à espera de termos aqui novidades, alguém mudar de posição, porque, de facto, este processo tem uma maturidade muito grande. Discutimo-lo há muito tempo. Ele nasceu no mandato anterior. A nossa recandidatura assumiu-o com clareza. Foi alvo de posições de quem estava na posição e era recandidato e de quem estava na oposição e fez ações contra.

Este processo tem uma maturidade enorme. Foi sujeito a concurso de ideias. Foi sujeito desde a ideia a um escrutínio público abertíssimo e chega ao fim. E, portanto, para mim, com todo o respeito que é a Assembleia (que é o mais alto possível) não há aqui nada de novo no nosso debate. Há só e bem a fixação de posições políticas que conhecemos há muito tempo e,

portanto, apenas estamos a arrumar essa matéria, mas com a revisitação de posições. Portanto a maior parte das vossas perguntas não têm nada de perguntas, porque as posições estão claras e cristalinas e, portanto, com todo o respeito, mas a vida é feita assim.

Quantas às matérias é que nós decidimos em que a nossa posição é contra. É a vida. Mais, a nossa oposição tem sido contra o Plano e Orçamento que é a opção de todas as opções. É lá que nós decidimos o que vamos fazer num ano. O que é a nossa afetação de recursos financeiros que temos na nossa mão durante um ano. O voto em regra da nossa oposição é contra.

Portanto, em regra, vocês são contra tudo. E isso está mal? Não. É uma opção política respeitável. Mas também não está mal que quem tem a maioria e tem a responsabilidade de governar para o bem e para mal, para as doçuras da governação e para os azedumes que também a governação tem, obviamente é a sua posição que tem que prevalecer.

E nesta matéria é líquido que, desde a ideia que escolhemos até ao projeto que já aprovámos na Câmara e estamos aqui a deliberar agora na Assembleia Municipal, e seguramente o aprovaremos, houve um conjunto de componentes que tiveram uma avaliação, uma evolução positiva. E eu não precisei sequer de ouvir a posição de ninguém. A minha avaliação pessoal quando avaliei a proposta ganhadora e tive a primeira reunião com o Arquiteto titular da empresa, foi para lhe dar nota daquilo que eu entendia que tinha que ter uma evolução positiva clara.

Tudo aquilo que eram as dúvidas que precisavam de trabalhos de análise técnica, geotécnica, de arqueologia, de traço e etc, serviu muito, foi muito importante, para se porem em causa decisões. Quando nós apresentámos a primeira versão do estudo prévio, em que, como todos sabem foi publico, tínhamos duas rampas de acesso, uma ali mais ou menos à frente do Gato Preto e outra no sítio onde ela está agora, estávamos convencidos que isso era uma boa opção. Quando se faz uma opção daquelas que tem uma centena de horas de discussão, enfim não se coloca ali uma asneira para ver se a malta está atenta. As coisas não são assim. O Fernando não são assim mesmo. Nós quando desenhamos aquela opção estávamos convencidos de que estava ali a melhor opção. Mas obviamente que temos o direito de mudar de posição na perspetiva de ganharmos qualidade na decisão que estamos a construir. E foi isso que aconteceu neste processo.

E, portanto, agora há pressupostos que agora confirmada a sustentabilidade técnica e financeira (e quero agradecer muito a intervenção de Ana Cláudia), porque isto de toda a gente sabe de tudo, mas é bom ouvir especialistas. A Ana Cláudia é engenheira civil. Eu tive empresários, empresas do Rossio, que nos pediram para que a sua equipa técnica, que fez por exemplo a maior construção feita nas últimas décadas no Rossio, consultasse de forma pormenorizada o projeto técnico da estruturas, para informar a gerência, que obviamente não sabe nada daquilo, se estavam tranquilos tecnicamente ou não. E a resposta deles depois de todo o trabalho que fizeram foi, estamos tranquilos.

Portanto esta é a abordagem deste processo. Mas no fim, de forma respeitável, fica a opinião de cada um e a decisão de quem tem que a tomar.

Nós estamos a executar um Plano e Orçamento que a oposição votou contra. E veio daí algum mal ao mundo? Não. Ouçam, legitimidade total e absoluta. Mas nós executamos. Desde obras de menor dimensão na pequena aldeia da nossa terra (e temos hoje dos nossos maiores investimentos estão executar-se em Verba que é uma das populações mais pequenas nosso município) ou as grandes obras que tem naturalmente uma atenção mais intensa por parte das pessoas.

Portanto esta é a lógica saudável e positiva, sabendo que, chegamos ao fim e obviamente que há gente a favor e contra. Mas isso não perturba nada. E querem ir ao passado. O passado faz parte da história. Hoje nós olharíamos para os tuneis que o Dr. Alberto construiu e que na altura achamos todos muito bem, globalmente achamos muito bem, e hoje pensaríamos

três vezes naquela opções. Eventualmente ao final da terceira tomaríamos decisões diferentes daquela que ele tomou na altura. Mas ele tomou a decisão na altura, seguramente na óptica da melhor solução para o seu município. O Presidente Alberto Souto como qualquer um dos presentes câmara do nosso município não é maluco e não quer o mal do seu município. Quer o bem. Mas hoje às tantas não fazíamos nenhum dos túneis que ele se fez. Mas fez num conceito objectivo daquele tempo e fez bem. Coisas houve que não lhe correram bem, por exemplo a obra, sabemos todos do Marquês, demorou tempo, houve um acidente na obra, acontece, pode acontecer em qualquer obra. Temos a falência do empreiteiro que é uma coisa que pode acontecer em qualquer obra. Por mais que ganhe uma empresa sólida. Mas hoje uma empresa sólida daqui a um ano pode não ser. A Tomás Cook há dias deixou 600 mil pessoas a fazer turismo sem avião e sem hotel sem nada é a vida. E era sólida no dia anterior. Portanto esta matéria é feita com este nível de abertura, de solidez e, obviamente, de nota democrática. Na reunião de Câmara de há dias que tivemos agora disse, vamos para outra etapa, vamos para outros patamares. É a vida.

Eu lamento, mas respeito o Estado de Direito Democrático, permite que findas as decisões político-administrativa dos órgãos autárquicos se vá para outros patamares. É a vida, pronto. Eu lamento, mas como Presidente de Câmara gerirei, gerirei não, já o disse na reunião de Câmara, repito aqui, já estamos a gerir. Já tenho notificações formais. Já tenho audiência realizada, etc. Lembro que hoje uma coisa que toda a gente gosta e recomendo a quem não conhece que vá conhecer, que é o nosso PCI, está neste momento ainda só no município de Ílhavo, mas dentro de algum tempo está em Ílhavo e Aveiro, só processos judiciais teve catorze. Catorze processos judiciais. Ganhámos todos. Nós administração da empresa ganhámos todos. Bem, não foram todos porque no fim houve a desistência de 4 processos. Quem os meteu desistiu. Mas pronto é uma forma diferente de ganhar.

Foi agradável? Não. Olhem foi super desagradável. Foram milhares de horas, foram recursos humanos e financeiros que se gastaram. Correu bem o resultado final? Correu. Mas olhem eu dispensa aquilo. É a vida. Mas isto faz parte do Estado de Direito Democrático. Mas onde tudo é democrático. Não só quando a nossa vontade e a nossa decisão está confortada. Até porque ouçam. Não há decisões absolutamente confortáveis, isso não existe. Só pensa nisso quem nunca teve responsabilidades de gerir um dossiê, seja numa câmara, numa junta, numa empresa, numa escola, numa família, seja onde for faz parte da vida.

E a diferença de opinião tem de facto de ser respeitada. E a democracia representativa tem gente que tem a competência entregue, política, legalmente para decidir e deve ser participativa no sentido de (e o poder local mais do que todos os outros poderes pela sua natureza de proximidade em relação aos eleitores) em relação de proximidade entre eleitos e eleitores.

Portanto esta é a declaração de principio deste processo. E depois há mais 2 ou 3 notas de pressuposto.

Primeira, nós entendemos que esta zona do município, da cidade, confirmada a sua possibilidade de sustentabilidade técnica em termos de todos os tais parâmetros de geotécnica, finanças, etc. Deve ter um oferta de estacionamento no local e não nobre que é uma cave. Deve ter uma oferta importante, de uma praça onde possamos realizar eventos neste sítio.

Temos noutros sítios? Temos. Nós estamos à vontade. Foi a Câmara anterior da minha presidência que levou os principais eventos terem praça central, no Cais da Fonte Nova.

No Cais da Fonte Nova aconteceu um evento ou outro e mais nada.

Toda a gente sabe que o Cais da Fonte Nova passou a ser a praça central de um conjunto de eventos. Portanto a nossa opção é esta. Precisamos de uma oferta de estacionamento porque temos carros e vamos continuar a ter. Por mais que Raul Martins, sejam motores de combustão e daqui a uns anos, não sei se serão 5, 10, 30, não sabemos, mas a tendência é

irmos crescendo no modo eléctrico. Pronto. E é por isso que nós hoje temos 19 lugares de nesta fase de arranque, com ficha eléctrica, mas todo o parque de estacionamento fica com a infraestrutura construída para depois ser só ligar a tomada, para podermos passar de 19 a 219 lugares eléctricos, quando todas as viaturas forem eléctricas.

Portanto esta é uma perspetiva que nós temos objetiva, dando espaço, enfim, a evolução que obviamente nenhum de nós tem na mão. Apenas temos perspetivas uns mais otimistas de que isto vai acontecer rapidamente, outros mais pessimistas que vai acontecer de forma muito lenta. Portanto estes são pressupostos base.

A seguir e também vários vocês se referiram a isso, é bom lembrar que esta obra vai resolver problemas graves de infraestruturas no Rossio. Seja à superfície seja enterradas. Nós vamos ter uma rede nova de águas pluviais. Toda a gente sabe que em situações de carga de água em que cai muita água em pouco tempo há um problema de escoamento com velocidade da água da chuva que cai naquela área. Vamos resolver esse problema. Não sei se repararam na parte do projeto da especialidade, as águas residuais, as opções que estão tomadas é para conseguir um efeito de retirada rápida da água da chuva que cai do piso, obviamente do tecto, e que é recolhida para uma rede a construir completamente nova.

Toda a gente sabe as contrariedades da estação elevatória que temos na entrada da rua João Mendonça, quem vem das pontes. Ela é velha, está desactualizada, emite cheiros, tem muitas necessidades de manutenção, etc. Mais. Há muita gente que não sabe que aquele cano preto que está amarrado ao varandim das pontes do lado poente, é uma conduta de esgoto. Como é que é possível. Quando a construíram há trinta anos estava bem? Olhem estava certa. Mais. Quem é que sabe que aquilo é uma conduta de esgoto?

Eu acho hoje que inimaginável deixar uma conduta pendurada num sitio daqueles. Para mim é inimaginável. Há quem goste muito daquela solução. Para mim não. Questão clara para mim, a estação elevatória tem de sair dali. E onde é que se põe uma estação elevatória? Podemos pô-la onde temos tantas na nossa Cidade. Fazer um edifício à superfície, temos tantas assim. Mas acho que ninguém concorda que se faça ali isso. Vamos então enterra-la.

Quem é que paga toda a área de equipamentos? É a ADRA. O acordo com a ADRA é nós pagamos a a construção civil, a parte da cave que fica adstrita ao uso da estação elevatória, tudo o que é maquinaria e equipamento é pago pela ADRA.

E onde é que se vai por o cano preto? Obviamente o cano vai ser enterrado e passado abaixo do fundo do Canal Central e depois chegar à rua do Clube dos Galitos que é aí que está o colector que leva o esgoto para a estação de tratamento.

Estas são duas das infra-estruturas capitais. Mas mais. A iluminação do Rossio é muito deficiente. Ilumina mal, tem problemas alguns põem em causa a segurança dos cidadãos. Qual é a solução. Tudo para o lixo e fazer uma infra-estrutura completamente nova. Mas luminárias o mínimo possível. É por isso que uma das opções técnicas do tal murete que não tem 80 centímetros, tem 70, tem 3 usos principais. 1º banco. Ficamos com banco a toda a volta. 2º ventilação. O sistema de ventilação do parque é natural, não há ventilação forçada. Ele joga com esta fenda que está debaixo do banco. 3.º fonte principal de iluminação. A faixa a toda a volta de leeds que lança luz para a zona de chão vem daqui.

Estes são três ussos muito importante e que nós queremos no Rossio novo, seguro, e com luz, onde se possa andar tranquilamente, onde se possa ver quem está escondido atrás de um qualquer monte de escuridão.

Rede de resíduos sólidos e urbanos. Todos sabemos que temos um problema no Rossio. Alguém quer os contentores à superfície ou moloques com pouca capacidade? Por isso a solução que escolhemos é toda enterrada. Custa uma fortuna grande, foi uma das decisões que colocámos nesta ponta final do projeto e que quase triplica a capacidade de armazenamento de depósito dos resíduos sólidos, dando um crescimento mais forte para os

resíduos que vão ser colocados em processo de reciclagem. Portanto essa é uma outra infraestrutura de grande importância.

E a bateria sanitária que toda a gente defende. Obviamente depois vamos construí-la, 100 metros quadrados quase, que é quanto tem esta, onde é que se constrói um edifício de 100 metros quadrados? Que como é uma bateria sanitária não pode ser bonito. Não pode ter janelas à altura normal do olhar de um cidadão. Onde é que isto se faz, no meio do Rossio. Desculpem, mas não. Na nossa opinião faz-se num sitio não nobre, na cave. Estas são as opções claras que nós assumimos com clareza. Há quem seja a favor? Há. Muita gente é a favor. Nós temos recebido muitos contributos, muitas notas de avaliação, depois de termos anunciado a versão final do projecto que já aprovámos na Câmara e que aprovaremos hoje na Assembleia Municipal. Gente a dizer "eu era contra, agora gosto". Cidadãos que são tão livres como os outros que eram contra e continuam a ser contra. Mas há dos dois lados. Gente que é a favor e gente que é contra. Aliás, a mim até me surpreende porque há pessoas que são contra que se manifestem e é natural isso. Agora nós temos tido, de facto, um grupo de gente grande que vem dizer "eu mudei de opinião".

Agora a nota que fica para este processo é uma nota de profundidade, de opções de princípio claras, que fomos cuidando de alterar, e há uma delas que eu gostava de explicar de forma sumária, não tenho todo o tempo obviamente, mas de forma clara que é o sistema construtivo. Com uma nota prévia. Não há seguros no caderno de encargos há seguros na lei, Senhor Doutor. É na lei que estão os seguros, se não sabe eu depois posso ajudar.

Só uma nota. Ninguém soube, mas na obra de pavimentação da Rua dos Galitos que fizemos recentemente, houve 2 privados que se queixaram que a sua casa teve danos.

Foram acionados os mecanismos normais de seguro do empreiteiro. Comprovou-se de forma clara, tecnicamente justificada que um dos danos não teve nada a ver com a obra e outro dos danos teve a ver com a obra. As casas têm nome, os donos têm nome. Entendo que hoje não os deva revelar aqui, mas se for preciso revelarei aos senhores autarcas. E o nosso empreiteiro por força das suas obrigações legais, não foi fazer onde não tinha que fazer e foi fazer onde tinha que fazer. Mas isto não tem que estar em cadernos de encargos, é da lei. É evidente que se podem tomar medidas complementares. E a Ana Cláudia referenciou algumas que nós vamos tomar. Esta obra vai ser feita por um bom empreiteiro, ponto. Não pode ser feita por um outro porque os alvarás que legalmente são exigidos para esta obra, só a empresas muito boas. Ah, mas uma delas pode ir à falência? Pode. É previsível? Não é previsível, mas pode acontecer, claro que pode. E a outra componente é a fiscalização. Nós na obra do Rossio, na obra da Avenida Lourenço Peixinho, além da fiscalização directa pelos nossos técnicos e vão ver pois o concurso vai ser lançado numa das próximas reuniões de Câmara, vamos ter uma empresa privada, especialista em fiscalização, a fazer permanentemente com os residentes a fiscalização da obra do Rossio e da obra da Avenida Lourenço Peixinho.

Portanto todas as competências são colocadas neste processo, mas com a tranquilidade de quem tem soluções técnicas competentes e capazes. Arredondando a conversa e sendo ligeiro, perdoem-me os técnicos, obviamente que eu não vou ser profundo, escolhemos 3 métodos construtivos. Bem diferentes daquilo que tínhamos previsto no início. Precisamente dessa forma aberta, discutida, isto tem mil reuniões e mil discussões até chegarmos ao fim. E a solução construtiva, tal que é mais limpa no sentido da relação de qualquer obra que provoca sujidade na sua envolvente, ruído que emite, etc, portanto a esse nível vai ter muito menos impacto porque é mais segura. Na medida em que o mecanismo construtivo que escolhemos garante um nível de fiabilidade mais alto, neste caso escolhemos o que está disponível no mercado mais alto. E a rapidez. Temos a vantagem deste sistema construtivo também ser mais rápido do que o sistema construtivo que era anterior, que era parecido ao que usamos para a construção da nova ponte São João. E, portanto, a lógica base é construir

sem mexer no solo e instalar estacas vão uma média de 28 metros que é onde está o solo firme, estacas na zona limítrofe da parede do estacionamento. São postas estacas que ficam com a sua cabeça a 8 metros e com a sua parte mais profunda a 28 metros.

Em cima destas estacas é colocada a chamada parede moldada ou de contenção periférica. Que é uma parede que é enterrada e vai assentar na cabeça das estacas e tem uma altura de 8 metros. Esta é uma parede igual nas quatro paredes do parque. Falta agora o fundo e o tecto. O Tecto que é também o piso da praça e do jardim.

O método construtivo que escolhemos é o mais fiável do mercado. O mais rápido e o mais caro. É inventado pelos americanos e por isso é uma palavra inglesa que é jet grouting.

O que é que faz o jet grouting, faz a injeção de rolhões de betão em todo o fundo. Como uma seringa que injecta à quota dos menos 8 metros rolhões de betão que têm dois metros e meio de altura. E portanto todo o fundo é tapado com estes rolhões. No intervalo dos rolhões são colocadas as estacas que fazem a amarração da placa de fundo. E em cima das quais vão ficar os pilares do Parque onde vai assentar o piso. E a seguir é feita a retirada da terra que entretanto perdeu o seu teor de humidade. É nesta fase que se retira a terra quando já temos 5 das 6 paredes da caixa ou da cave. E a seguir obviamente é construída em cima da estrutura de pilares, a placa que faz o tecto do parque, que faz o piso do parque de estacionamento. Portanto, este foi sumariando o sistema construtivo.

Por isso, nós quisemos pagar mais, mas a equação financeira sempre foi a mesma. Eu já expliquei que não pode haver financiamento comunitário se o titular não puser dinheiro.

A Transdev teve financiamento dos 3 autocarros elétricos, são dela, não são nossos, no fim da concessão é que deixam de ser dela e passam a ser nossos, mas para receber os 55% a fundo perdido, teve de meter os outros 45%. Portanto num milhão e meio que foi o custo dos três autocarros, teve de colocar 45% do valor. Aqui é a mesma coisa.

Nós, para recebermos um valor que anda entre 1 milhão e meio e 2 milhões e meio, que ainda não está fixado com a autoridade de gestão, temos que meter a nossa parte. Apenas por força desta opção de termos uma capacidade construtiva mais fiável, por termos colhido materiais com uma qualidade mais alta nos pavimentos, nas colunas de iluminação, uma solução técnica mais complexa para a estação elevatória, nós decidimos pagar mais dinheiro.

Portanto tranquilamente temos dinheiro,. A Câmara está bem gerida, sustentável, e por isso temos aqui uma opção que para nós é clara.

É com estas três fontes de financiamento, sabendo que os 9,8 milhões são valores máximos. E que quem quiser concorrer tem de pôr um valor daí para baixo. E os 2.5 milhões de participação é o mínimo e quem quiser concorrer tem de apresentar um preço daí para cima. É um mecanismo normal de um processo desta natureza.

Portanto é esta lógica que está definida, neste processo no que respeita à sustentabilidade financeira desta nossa operação. Portanto há uma opção muito clara e há coisas que nós estamos a fazer ao mesmo tempo e que, obviamente, têm ligação clara. Mas têm outros objetivos.

Nós hoje achamos que a ponte da eclusa é suficiente para a gestão do tráfego que hoje a cidade tem? Aquilo que eu ouço normalmente das pessoas é que não. Ela é estreita. Não dá para passar em muitas situações quando está um autocarro não dá para passar nos dois sentidos, etc.

E, portanto, a nossa decisão clara é uma segunda ponte. Há uma cidade que vai nascer, ainda não nasceu. Mas vai começar a nascer nos terrenos da antiga lota, logo assim que consigamos fechar o acordo com o Governo para que os terrenos passem para nós. Porque começaremos imediatamente a investir naquela área.

E, obviamente, que aquela cidade nova que vai nascer ali não pode viver com aquela ponte. Admitimos que quando estamos a dar um passeio do lado sul do Canal das Pirâmides tínhamos que andar ali em luta com os carros? Admitimos que quando passamos por baixo

da Ponte da A25 a distância do nosso carro ao muro da Ria é de meio metro? A nossa resposta é sim, admitimos até hoje. Mas a nossa resposta é não, não admitimos mais. E por isso, lançámos dois concurso de projeto. Estamos a contratar projetista para resolver estes dois problemas, graves, que os entendemos como graves.

Eles vão ser úteis para a vivência do Rossio e da Cidade? Sim. Mas eles também vão ser úteis para novas vivências, nomeadamente esta da tal Cidade Nova, que surgirá na zona daquilo que vamos chamando da antiga lota.

A última nota que eu queria deixar tem a ver com as pegadas ecológicas. A nossa leitura clara é que estas opções que tomámos, o acesso da rampa de entrada e saída junto à ponte São João, o único sentido da João Mendonça do trânsito que não é das Pontes para o Rossio, é ao contrário. Para precisamente para carregar menos o Rossio. Redução para metade arredondando o número da área do automóvel para estacionar ou para circular. Aquilo que é a opção de irmos construindo contributos. Os 3 autocarros elétricos. A Transdev em Portugal tem 1500 autocarros, só tem 3 elétricos. E os 3 elétricos andam a trabalhar em Aveiro. Não têm mais nenhum.

No próximo mês de Novembro lançámos o concurso (virá aqui à Assembleia Municipal) uma revisão orçamental para compra do nosso ferry eléctrico. É mais um contributo.

Hoje foi dado a conhecer o protótipo. Quem quis hoje teve um passeio num moliceiro com motor eléctrico. São 400 toneladas por ano de CO2 que vamos deixar de emitir. É muito ou é pouco? É pouco, mas é mais um contributo. E outros contributos porque comprámos dois carros elétricos para a Polícia Municipal. São muito mais caros do que carros análogos. Custam quase o quádruplo mas, pronto, são passos que vamos dando e vamos dar mais passos.

Quando apresentarmos agora projeto do ferry eléctrico, vamos apresentar um conjunto vasto de números sobre o contributo, objetivo, a tal cumprimento dos objetivos que estamos a cumprir para o financiamento comunitário e para aquilo que nós queremos ser de contributo nosso, sem cuidar de obrigações legais. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁴⁰

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴¹

Vogal Andreia Fonseca (BE)⁰⁴²

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁴³

"Senhor Presidente, nunca aqui que se colocou a legitimidade que o executivo tem para governar. Nunca, em momento nenhum. Mas a questão de fundo não é essa. A questão é que desenvolveu-se todo o processo e houve lacunas nesse processo, do nosso ponto de vista. Um deles é um estudo sociológico do impacto sociológico que este projeto iria incutir aos cidadãos. Foram feitos todos os estudos, mas eu perguntei várias vezes por esse estudo, e esse não foi feito. O deputado Filipe Fernandes Thomaz mencionou os grupos de contestação! Como se houvesse aqui uma organização partidária ou de outro tipo, preparada só para obstruir aquilo que o executivo estava a fazer. Eu vou dar se calhar uma novidade ao senhor deputado. Estes grupos, muitos deles espontâneos, alguns deles desses cidadãos estão aqui hoje e com um grande interesse, foram espontâneos. Apareceram de forma perfeitamente fortuita no sentido de mostrarem a sua preocupação.

Portanto aquilo que eu queria perguntar é se nunca equacionou fazer um estudo sociológico sobre esta matéria em virtude desse impacto. Repare nós temos um estádio que há 16 anos se degrada. Um estádio que custou dinheiro aos aveirenses. Que há 16 anos está ali encostado. E, portanto, não é legítimo que a população olhe para este tipo de medida? Não é um projeto

qualquer. É um projeto muito grande muito exigente do ponto de vista económico e do ponto de vista do impacto que vai ter. Então nunca equacionou fazer esse estudo. E a minha pergunta é esta (eu sei que está provado), eu também ouvi aqui o Senhor Presidente, queixou-se de que nós viemos aqui enfadá-lo e dizer coisas que já tínhamos dito. Mas eu também estive aqui a ouvir coisas que o Senhor Presidente repete à um rol de meses. Portanto é assim a democracia. Olhe é a vida, vossa Excelência costuma dizer.

Mas a questão é, nunca equacionou fazer este estudo? Com toda a honestidade diga. E diga também se a voz da população nunca lhe chegou. Neste nível de contestação no Rossio eu estive lá. Olhe apenas vi meia dúzia de eleitorados do PAN de resto era seu eleitorado. Que votou em si. Que esteve lá. Eleitorado do CDS, eleitorado do PS, eleitorados do PSD, do Bloco, e do PCP. Estiveram lá todos representando todas estas famílias políticas. Esta voz dos cidadãos não lhe chegou. Acha mesmo que estas pessoas que vieram aqui hoje estão organizados só para o confrontar. Eu queria fazer-lhe esta pergunta."

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴⁴

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁴⁵

"Muito obrigado Senhor Presidente. Começo por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara a forma escorreita da sua exposição e da excelente obra que vai ser o Rossio. Que especialmente me agradou, para leigos, o método construtivo. Quase como o Santana respondeu "esternocleidomastóideo", estou satisfeito. Acho que a obra está no bom caminho.

Uma coisas que noto aqui é que há muitas pessoas, ou algumas pessoas, que estão preocupadas com os gastos. Aquilo que entendem supérfluos camarários. E isso lembra-me sempre uma vizinha que eu tenho que até ao 20 anos nunca lhe viu ninguém rondar a porta — e agora é um ver se te havias. Bateu tarde para alguns, mas bateu forte. Isto para dizer o seguinte. Senhor Presidente, uma única rampa do lado da ponte São João, muro com 80 cm à volta onde as pessoas se podem sentar e ler o jornal, uma segunda ponte nas eclusas. Bem eu já só estou a precisar da parte da Câmara dum almoçozito. Ou seja, dar estes bitaites todos e serem todos aceites não é para todos. E já agora vou dar outro. Que quando se fizer o projecto da segunda ponte que se resolva definitivamente aquela vergonha do transito do lado de lá do canal porque não pode continuar assim.

Senhor Presidente diga lá isso aos projectistas porque é preciso resolver aquela situação caótica que se vive do outro lado e fazer uma coisa decente. E neste projecto, pode contar com o meu total apoio e voto favorável."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁴⁶

"Muito rapidamente. O Eng. Ribau Esteves fez aquilo que a maioria das intervenções fizeram. Também discorreu o que é o seu argumentário político em relação ao Rossio. E justamente. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte. Em relação aos seguros, que foi uma coisa concreta e fez o favor de me responder, deixe-me dizer-lhe que está enganado. Porque o caderno de encargos tem uma norma sobre os seguros e podia fazer uma referencia e não faz, transportando a obrigação para o alvará que a empresa construtora tiver. É curto porque isto é uma situação excecional e tem imóveis classificados à volta. E por isso eu acho que este caderno de encargos não defende, e nós não viemos aqui para aprovar, e aprovando ou não as peças procedimentais, devia ter estado exactamente neste artigo 40.º e só está previsto para os acidentes de trabalho (e bem), pra os veículos que circulam na obra, e não está para os danos próprios que possam ocorrer na empreitada. Eu não sei se vão ocorrer ou não. Eu não sou engenheiro, mas tenho essa preocupação como toda a gente tem. E portanto deve ficar plasmado aqui e não está.

E segunda questão. Não vejo no cadernos de encargos a tal renda dos 2.500 mil euros? Porque no artigo 74.º, na remuneração do concedente diz, "a remuneração a liquidar pelo concessionário ao concedente é a que consta da proposta apresentada ao presente procedimento, acrescida de IVA, a liquidar em três prestações sucessivas". Mas não faz nenhuma referencia. Ao contrário faz referencia sim à tal renda fixa que o Senhor Presidente disse. 2.500 milhões é o que consta do estudo de viabilidade económica. Mas olhe que não está no caderno de encargos. O Senhor Presidente fará o favor de me informar em relação a isso.

Terceira nota. É inacreditável a forma como o Senhor Presidente nos conseguiu aqui dizer que nestas coisas de questão politica, faz um parque de estacionamento quer dizer faz um investimento destes, e tinha acabado as obras na ponte de São João e teve aqui o desplante de nos dizer do pequeno passeio e da dificuldade que há na ponte das eclusas e a ponte de São João, nova, só tem um passeio de um lado? Só tem passeio de um lado. Foi o Senhor Presidente que a fez e que a projectou. Se estava a prever este investimento devia ter um reforço naquela ponte se queria fazer esta obra na Cidade. Lembrou-se disto do parque de estacionamento. Lembrou-se disto. Porque vai pôr uma pressão enorme. Se a ponte não aguenta essa pressão faça o parque de estacionamento do outro lado que é onde devia fazer. E não fez. E o PS sugeriu isso várias vezes. Desenvolva a Cidade para lá e faça o parque de estacionamento do outro lado e faça a requalificação do Rossio. Foi sempre isto que o PS disse e V.Exa nunca quis ouvir. E é isto que a maior parte dos cidadãos de Aveiro pensam. Não tenha duvidas nenhuma. Toda a gente reconhece que o Rossio não é um local aprazível ao dia de hoje e tem de ser requalificado. Mas por que teimar ali com o estacionamento? Não faz sentido nenhum."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [047](#)

"Bem, Senhor Presidente é claríssimo que o Partido Socialista e este Executivo têm visões diferentes sobre o que é a cidade. Mas já me parece no mínimo complicado que ande aqui à procura de uma certa tranquilização, na ideia da retrospectiva de que o Presidente Alberto Souto fez e outras pessoas fizeram, também possa ser reconhecido como um erro.

Não sei onde é que este discurso leva, mas parece-me que é a procura de alguma tranquilização. É a minha leitura politica. A diferença para mim é muito simples. É que os outros erram em retrospectiva, e com base na informação e conhecimento que temos hoje, o Senhor erra agora. E erra já porque tem uma visão de uma cidade que não corresponde aos desafios de hoje. Já sabemos que estamos em dia de arrumar ideias. Mas não me respondeu à minha pergunta de arrumação de espaços em cave pela Câmara. E queria realçar este aspecto que é curioso. Como é que a argumentação pode ser ridícula e falaciosa. Quando alguém diz que vai tirar quatro funcionários do estacionamento Manuel Firmino e que isso representa 2.7 milhões em 40 anos e diz que precisa deles para a Buga1 e Buga2 (as palavras estão no regulamento) é uma poupança porque vamos libertar e vamos poupar. Ora se as pessoas vão ficar a trabalhar para a Câmara este valor contabilizado não conta nada. Mas está lá 2.7 milhões de euros como argumento válido, para além da libertação dos meios fazer uma poupança de 2.7 milhões. Não percebo. Que raio de poupança é esta?"

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [048](#)

"Eu fiz duas perguntas ao Senhor Presidente e gostava que ele as referisse. Que é sobre o PDM que vai ser aprovado e se o Parque do Rossio, o projecto do Rossio, foi feito ainda em base do PDM que está em vigor ou se como alguns disseram o PDM está a ser aprovado à pressa para contemplar o Parque do Rossio. E também sobre o financiamento gostava que

fosse mais concreto e se o financiamento que a Câmara vai ter neste projecto vai instabilizar o bom momento das finanças da Câmara."

(Entretanto saiu da sala o vogal António Augusto Cruz de Aguiar)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁰

"Obrigado Senhor Presidente. Darei também resposta objectiva a uma questão que não fiz na minha intervenção anterior. Primeiro dar nota ao Filipe Guerra que a minha expressão de negócio atractivo para o mercado é uma expressão, enfim, clara, que repito, porque esta obra com a concessão ou qualquer obra que lançamos tem que ser atrativa para o mercado no sentido de nós termos quem a queira fazer. É um tipo de operação que a câmara não tem capacidade ela própria de a fazer e, portanto, lançamos uma série de concursos para que o mercado se interesse por eles. Com diferenças como esta. Eu até há muito poucos anos, como presidente de câmara, quando um projetista me dizia que está aqui o preço para lançar o concurso num projeto qualquer, eu dizia-lhe ok, corte 20% e tínhamos sempre empreiteiros a pôr -10%, -20%, -30%. Agora não podemos fazer isso. Toda a gente sabe que o custo de construção no nosso país cresceu entre 20 e 40 por cento. Mais para 40 em territórios como Lisboa, mais pelos 20 em territórios como o nosso. E, portanto, eu deixei de dizer aos projetistas corta 20 por cento.

Eu posso fazer isso, mas o que é que o mercado vai reagir e dizer, não queremos esse negócio, não estamos interessados nesta operação porque as empresas têm que ganhar dinheiro. E em Portugal como estamos com muito poucas empresas em relação à quantidade de trabalho elas escolhem as operações onde ganham mais dinheiro. Isto é básico, normal, como não podia deixar de ser.

A outra questão que quero referenciar tem a ver com os custos. Aquilo que disse e repito e quando comparamos os tais 4,5 milhões da altura, temos compara com os 5 milhões de agora e não com os 9,8 milhões. Explico. Porque do custo total da obra dos 9,8 milhões aquele que é afecto à componente estacionamento são cerca de 5 milhões. E esse é que se compara com os 4,5 milhões. Não esse truque vosso de comparar os 4,5 milhões de outro tempo para os 9,8 milhões do total da obra.

Uma outra questão que quero esclarecer, tem a ver com esta questão que também o Pires da Rosa referenciou que é "os moradores vão pagar o estacionamento". Os moradores têm um estatuto que lhes é dado pela sua condição de residência e por um cartão tem um custo administrativo de 15 euros. E vão continuar a ter esse direito e uma área para estacionar de borla, que não é absolutamente de borla porque tem o cartão para pagar que custa 15 euros por ano.

Isto é o que acontece hoje e é o que vai continuar a acontecer. Aquilo que vamos somar a isto que acontece hoje e que vai continuar a acontecer é que esse este grupo (não é para mais ninguém) vai poder estacionar no parque de estacionamento no período da noite pagando apenas um euro por noite. É assim que as coisas são feitas. Eu vou parar lá ou o Pedro, como não vivemos lá, vamos pagar 0,8 euros por hora. Estamos lá 10 horas pagamos 8 euros. Eu sou residente lá, vivo lá, tenho o meu cartão, tenho o direito adicional de pagar apenas 1 euro por noite. Portanto este é um mecanismo adicional que se está montado num parque que vai funcionar 24 horas por dia, tal como o Manuel Firmino. Um parque que vai passar a funcionar a 24 horas por dia.

A outra questão que quero esclarecer tem a ver com as questões que o Manuel Prior colocou, que é a questão do projeto do Bairro da Beira-Mar, Olhem nós ainda nem começámos a fazer projeto nenhum. Já começámos a receber (não são muitos ainda) mas algumas dezenas de

contributos. Porque ao contrário do que a nossa esquerda e extrema-esquerda tenta fazer crer, os nossos cidadãos são muito participativo. São mesmo.

E, a partir do momento que tiveram notícia que a Câmara lançou o concurso, que ainda não adjudicamos sequer, já houve gente a escrever a dizer olhe Senhor Presidente não esqueça disto ou daquilo. Arranje uma solução para aquele problema. Etc. E ouçam, há mil problemas para tratar naquela zona.

A questão que o Prior colocou dos Bombeiros é pertinentíssima. Solução? Olhem eu não tenho. Mas é que não tenho mesmo. Ideias para as resolver? Uma carrada delas. E vamos analisá-las todas e mais que venham. Não é para estarmos a lançar o concurso (esse não virá cá) só para dizer eu não concordo. Não. Queremos ideias. Ideias, vamos embora.

Eu também quero tirar o estacionamento em ruas que têm 5 metros de largura. Porque quando estaciona um carro não fica um corredor de 3.5 metros de largura para ambulâncias e carros de Bombeiros, como manda a lei. E isso põe em causa a vida de quem lá vive.

Mas esperem aí. Que solução alternativa é que temos? Bem, tenho que a arranjar.

Vamos construir um silo para aquela gente que mora ali. Um silo onde tenham o direito de estacionar de borla. Muito bem. Boa ideia. Digam onde se constrói o silo. Na porta de cada um não é possível. Terrenos livres naquela zona muito poucos.

É este o tempo que interessa da tal participação. É partilhar ideias. Porque ainda nem sequer começámos a pensar. Temos um documento que é público, quem o quiser ter tem, que é um elenco de questões, de problemas ali e que em sede de projecto tem de ser devidamente analisadas.

O concurso que estamos aqui a discutir cumpre os instrumentos de gestão que temos hoje e que estão em vigor (o PDM e o PU-POLIS). E cumpre o novo PDM, obviamente. Nem podia ser diferente. Se não cumprisse hoje e não cumprisse o novo, não estaríamos seguramente hoje a tomar esta decisão. Mas cumpre o que está atualmente em vigor e vai cumprir aquilo que estará em vigor lá pelos finais de Novembro.

Coloca em causa a estabilidade da Câmara? Não. Está no nosso Plano e Orçamento, tem sustentabilidade económica tranquila como têm todos os investimentos. Acabou a Câmara de Aveiro que fazia e não pagava. Tudo aquilo que nós fazemos pagamos a tempo e horas a toda a gente. Seja uma obra de 9,8 milhões, seja um subsídio de 500 euros. Acabou a Câmara que não pagava a ninguém. E se nós lançamos esta obra é porque temos capacidade financeira tranquila, porque vamos querer continuar a gerir a nossa Câmara de forma tranquila em termos de sustentabilidade financeira e não pôr obviamente em causa a nossa estabilidade.

Ponte São João. Ó Rita sei que você gosta muito de folclorizar e andar sempre aqui com demagogia. Leia o relatório técnico da auditoria para verificar que nós pusemos a velha ponte abaixo, porque ela estava a cair sozinha. Eu não sou maluco para chegar lá e pôr a Ponte abaixo porque me apeteceu. Há dois relatórios técnicos de empresas da especialidade, que disseram "esta ponte está para cair". E nós obviamente demolimos a velha e mandamos construir uma nova.

O Pires da Rosa queria que ela fosse mais larga para ter passeio dos dois lados. Era possível? Era. Mas ficávamos sem estrada. Porque se o Pedro está lembrado e boa memória, entre a ponte e a fachada urbana há apenas um corredor pequenino. Acabávamos com o corredor? Ficávamos com um problema sério na circulação daquele pedaço da Beira Mar.

Isso foi ponderadíssimo. Dizemos que a solução que está é boa? É excelente. Tem o passeio do lado mais nobre da Ria e entendemos que esta foi uma boa solução compatibilizando o que lá temos. Podíamos comprar aquelas casas todas e pôr abaixo. Era possível? Claro que sim. Mas achámos que não era a melhor solução.

Nas próximas semanas vai começar a obra do Palácio Valdemoro, um hotel 5 estrelas que a Rita não gosta. É uma obra notável de preservação de um dos valores patrimoniais relevantes da nossa cidade. Vai ter 42 camas (não quartos), restaurante, piscina, etc. É

possível fazer estacionamento naquele hotel? É. Claro que é. Pomos o palácio abaixo, fazemos uma construção nova e colocamos lá estacionamento em cave. Claro que sim.

Concordamos com isso? Não. Devemos preservar aquele valor patrimonial e cultural da Cidade tal qual está.

E essa opção levou-nos a licenciar o projecto e eles estão a negociar com o Fórum tal como outras unidades hoteleiras que têm contrato, para que os seus clientes tenham condição de estacionar lá a sua viatura com total segurança.

No caderno de encargos há 72 horas obrigatórias em que o concessionário tem de ceder à Câmara para eventos culturais. 72 horas por ano. É uma obrigação contratual que lá está clara. Senhor Concessionário para o ano, para o São Gonçalinho, dois dias, carros zer, queremos lá fazer isso. Muito bem, comunicamos e o concessionário fecha o parque e nós fazemos essa operação. Está no caderno de encargos.

Ao Raúl dar-lhe nota que o tal duplo cruzamento nos termos da referencia do projecto é para passar a ser uma rotunda. Agora o projectista irá estudar as coisas devidamente.

Fernando Nogueira, esqueceu-se apenas que a contabilidade das Câmaras já não é à molhada como era antigamente. Eu sei que o seu conceito contabilístico é tudo ao molho e fé em deus, e não se paga a ninguém. Mas o nosso não.

Há uma coisa já velha na Câmara que se chama contabilidade analítica. Em que nós afectamos despesa a centros de custos. E quando falo desta matéria, a despesa vai sair do universo da Câmara? Não. Vai sair daquele centro de custos. Terei muito gosto em lhe explicar como funciona porque sei que o seu conceito financeiro é dividas para o monte e quem vier a trás que feche a porta, que é aquilo que é o vosso hábito.

Portanto, mioto o brigado por este debate franco e aberto. Sem novidade é facto. Eu também não trouxe nenhuma é verdade. Mas muito obrigado porque para mim foi muito útil. Enfim, prosseguimos este trabalho com toda a lealdade para fazermos bem e continuarmos o nosso processo de crescimento e de desenvolvimento sustentável e de atractividade da nossa Cidade em primeiro lugar para aqueles que a escolhem para residência e para aqueles que a escolhem para trabalhar ou passear. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (IND)⁰⁵¹

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵² o Ponto 1 – Apreciação e votação do lançamento do procedimento por concurso público internacional de “Requalificação do Largo do Rossio e Praça General Humberto Delgado em Aveiro e Concessão do Serviço Público de Estacionamento em Parques de Estacionamento Subterrâneos – projeto de execução e abertura de procedimento”, para efeitos de prévia autorização para a celebração do contrato, nas condições gerais previstas nas peças procedimentais, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte três votos a favor (PSD16+CDS6+IND1), zero abstenções, e treze votos contra (PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiu-se as declarações de voto:

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁵³

"Senhor Presidente fazer da minha intervenção a minha declaração de voto, salientando que o Senhor Presidente não respondeu às questões que estavam incorporadas. Muito obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁵⁴

"Senhor Presidente é também para dizer que fique a minha primeira intervenção como declaração de voto."

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵⁵

"O Bloco de Esquerda vota contra esta obra. Mostramo-nos contra a construção deste parque e a reabilitação do jardim do Rossio nestes moldes desde o primeiro dia. Consideremos que é o fim de uma zoina emblemática de Aveiro que merecia mais cuidado por parte deste executivo e ficou por esclarecer por parte do Senhor Presidente a quem é que serve esta obra. Não nos parece que seja no interesse maior da população que o dinheiro que vai ser despendido nesta obra está a ser feito."

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁵⁶

"A declaração de voto do Partido Socialista é a minha primeira intervenção."

Vogal Joaquim Oliveira (PS)⁰⁵⁷

"Os detractores da opção estacionamento reportam a sua oposição a razões históricas, ambientais e de transição. Fazem-no não por saudosismos saloios, mas sim como extrapolação para o futuro. Instituir-se-ia o grande espaço aveirense onde o automóvel perderia o seu protagonismo e passaria a ser um elemento absolutamente estranho. Veem o Rossio atraente, moderno, apelativo, referência paisagística e de modernidade arquitectónica, recebendo trazido pela Ria o mar..."

Presidente da Mesa:

"Senhor Deputado, peço desculpa mas a declaração de voto não é uma nova intervenção dos senhores deputados. É uma mera e muito sucinta justificação do voto que foi dado. Portanto o Senhor deputado não vai agora ler a intervenção que os seus colegas não lhe deixaram fazer esgotando-lhe o tempo que dispunha. Portanto deve fazer uma justificação muito concisa, que será registada em acta, conforme é próprio das declarações de voto"

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento por concurso público do concurso de “Concessão de Exploração do Bar-Esplanada do Cais da Ribeira de Esgueira.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 03/10/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara⁰⁵⁸ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁹

"Senhor Presidente de uma forma muito breve. Esta proposta é igual à que já cá veio. Absolutamente igual. Nós lançámos o concurso e tivemos apenas uma candidatura. Uma candidatura muito interessante na ideia que trazia para fazer animação do Cais da Ribeira de Esgueira como chamamos, apenas com vários defeitos de natureza administrativa que impediam o seu acolhimento. E temos muita pena de repito, porque a proposta, porque a proposta era muito interessante. Mas, pronto. Ficámos sem proposta. Continuamos a entender e a ter indicadores de que o caderno de encargos está correcto. Enfim, esperemos que os candidatos sejam mais do que um e os que vierem tenham o cuidado administrativo

que este que veio não teve. E, portanto, esta é a nossa de justificação para voltar o dossier a assembleia tal qual cá veio por força desta circunstância. Mas com esta justificação que nos sentimos bem de voltar a lançá-lo com o mesmo quadro de obrigações. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Andreia Silva (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [061](#)

"Obrigada Senhor Presidente. Em relação a este ponto não se tratando um serviço público essencial para a população aveirense não levantamos objeções à concessão em si. No entanto existem aqui algumas questões que eu vou colocar que eu gostaria de ver esclarecidas se assim for possível. Notamos que não existe nenhuma menção no que concerne à contratação de trabalhadores por parte do bar em questão. Existe da parte da Câmara Municipal interesse em garantir que não serão firmados, sob qualquer circunstância, contratos precários com os com os trabalhadores a serem contratados, uma vez que a câmara tem poder de definir terminadas regras e posteriormente regular a forma como a concessão está a funcionar. Consideramos que deve ser garantida a existência de vínculos contratuais dignos, não abrindo espaço para a possibilidade de o Bar funcionar com contratos um bocadinho dúbios, nomeadamente precários, ao que está frequentemente associado na área da restauração como bem sabemos, especialmente em picos de atividade.

Também no que concerne ao horário de funcionamento e atendendo ao regulamento municipal gostaria de questionar se não deveriam existir algumas restrições no que concerne horário de funcionamento bar, dada a sua proximidade à biodiversidade existente, nomeadamente que nós podemos ver quando estamos nos passadiços.

Por último e de forma igualmente relevante e dado que este até foi um tema já abordado aqui, consideramos que o bar deve garantir a sua eco-sustentabilidade pela sua proximidade à natureza. E dando também o mote àquilo que é o tipo de turismo associada à Região. Devem ser tomadas medidas de redução máxima da sua pegada ecológica, nomeadamente por exemplo a redução máxima da utilização de plásticos, a reutilização de materiais presentes no próprio estabelecimento e a reciclagem dos resíduos que são produzidos decorrente a sua atividade. Consideramos que esta deve ser uma medida que deve estar mais do que assegurada até porque o bar também terá de dar um exemplo, na naquilo que toca à preservação da biodiversidade.

Salientamos que este bar deve ser um acréscimo na região possibilitando a existência de um sítio de lazer para os aveirenses e todos aqueles que nos queiram visitar. No entanto, os interesses subjacentes à exploração deste bar nunca se deverão sobrepor àquilo que são os interesses da preservação da biodiversidade. Contudo, e pelo menos título pessoal, eu gostaria de referir que é com satisfação que vejo a possibilidade existir um espaço de lazer, que seja fora, que esteja fora da zona central de Aveiro que nós sabemos está tremendamente sobrecarregada e que tenha como mote proporcionar não só atividades de lazer que poderão ser em família, como também respeitar e valorizar a natureza. Obrigada."

Vogal Jorge Greno (CDS) [062](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) [063](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [064](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [065](#)

"Senhor Presidente, nem é preciso esclarecer porque o Bloco de Esquerda fez estas mesmas perguntas, a intervenção foi se não foi igualzinha foi muito parecida com a de outros tempos quando aqui esteve a proposta.

Obviamente que as empresas têm que cumprir a lei do país. A contratação nos termos da lei do trabalho, etc.

Portanto a Câmara não se mete nisso. Nós não somos gestores de contratos de trabalho. Nos trabalhadores que contratamos e nas empresas que trabalham para nós cumprimos os preceitos legais. Mas obviamente que as empresas perante o Estado Central também o têm que fazer. É aí que se colocam essas questões.

Em relação à compatibilidade, olhe Andreia, isto hoje é um grande granel. Eu não sei se leu recentemente uma estimada Associação Nacional Ambientalista a fazer um inenarrável comunicado contra os Passadiços. Contra! Com uma justificação ambiental inacreditável, porque dizem que aquilo faz mal à natureza. E não sei se leu resposta da entidade tinha que responder, que foi o dono da obra, chama-se Polis da Ria de Aveiro que é uma empresa participada pelo Governo do país, pelo Ministério do Ambiente, ainda por cima gerida pela Agência Portuguesa do Ambiente e pelo ICNF, e pelas Câmaras municipais.

E respondemos dizendo que, obviamente que, uma das vantagens dos passadiços, que além do mais estão disseminados pelo país com muito sucesso, é exatamente o permitirem a fruição da natureza, com regra. Porque se não for assim, as pessoas podem fruir sem regra.

Portanto tudo é possível. Eu estava a lembrar-lhe (para brincar um bocadinho) que a única forma de nós termos a perfeição na gestão daquele espaço seria o Bloco de Esquerda concorrer ao concurso e ser gestor do Bar. Olhe pode ser uma forma de vocês arranjamem receitas. E iríamos finalmente perceber o modelo de gestão do Bloco de Esquerda. Contratos de trabalho na perfeição, relação com os passarinhos e com os pés de Junco cinco estrelas, tudo do melhor.

Portanto olhe, não querendo influenciar o mercado (daqui a bocado estão a dizer que eu estou aqui a puxar pelo mercado) ocorreu-me que seria interessante termos uma experiência de gestão do Bloco de Esquerda, tal como o Partido Socialista tapar o "buraco do Rossio" que o único buraco do Rossio é aquela obra que nunca mais começa e que eu estou desejoso que comece para ver a capacidade de gestão também do Partido Socialista. Olhe lembrei-me desta ideia que apresento com naturalidade e publicamente, no melhor sentido, para finalmente percebermos como o Bloco gere bem um Bar, cumpre os contratos de trabalho e tem uma relação com a natureza interessante. Fica a ideia para concorrerem. Obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁶⁶ o Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento por concurso público do concurso de “Concessão de Exploração do Bar-Esplanada do Cais da Ribeira de Esgueira, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta três votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS9+PAN1), três abstenções (BE2+PCP1), zero votos contra.

Seguiu-se a declaração de voto:

Vogal Andreia Rodrigues (BE)⁰⁶⁷

"Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda abstêm-se neste ponto uma vez que achámos que os esclarecimentos não tenham sido suficientes. No entanto fico feliz por esse voto de confiança em quererem ver o Bloco de Esquerda nesse posto de gestão e também de reverem no Bloco nestes princípios ligados à eco-sustentabilidade. Obrigada."

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do número 2, do artigo 23.º do Regimento, o Presidente da Mesa⁰⁶⁸ informou da presença no plenário de três munícipes inscritos que desejam intervir neste período regimental, dando-lhes de seguida a palavra.

Município Davis Iguaz⁰⁶⁹

Assunto: Intervenção sobre o Jardim do Rossio.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁰

"Obrigado Senhor Presidente. Obviamente tenho de deixar uma resposta. Embora David não vou dizer tudo o que queria. Não vale a pena. Não quero incendiar uma reunião que correu bem. Não quero estimulá-los mais para o tal patamar que já foram. Mas como já estamos nesse patamar nós estamos (eu que sou o alvo) tenho que ser mais recatado.

Quando a matéria está na ambiência da política e da relação dos políticos com os cidadãos abertura total. Quando vamos para o tal patamar onde já estamos e onde eu já tenho processos formalmente aberto (não estamos aqui a falar de conversa), eu obviamente tenho de passar a ter uma atitude recatada, porque obviamente o exercício é feito de forma diversa. E, portanto, vou ser objetivo a responder e deixar outras coisas que tenho vontade de lhe dizer. Olhem quem sabe num outro espaço qualquer para vocês estão a levar e eu que remédio tenho que ir cuidar dessa tal frente nova que vocês já abriram.

Não é previsível que coloquemos árvores com 40 anos. Hoje quando se faz projecto as simulações que se fazem é com as árvores adultas. E porquê? Pode ver-se por exemplo num outro projeto muito querido que é a Avenida, em que quando olha para o projeto e vê as manchas da projeção das copas das árvores sobre o solo, a projeção que lá está não é da árvore que lá vai ser plantada. É na sua competência máxima de porte quando é adulta. Entre outras coisas para modelarmos a relação da árvore com o poste de iluminação pública que vai estar ao lado. Para quê? Para evitar situações como temos em tantos sítios da nossa cidade que, na altura era assim, que hoje vemos o poste no meio da copa da árvore. E porquê? Porque na altura não se pensavam nestas coisas. Era muito importante pôr o poste e era muito importante pôr a árvore. Hoje não é assim. Hoje há o conhecimento da estrutura que a árvore vai ter e depois projetando-a para definir entre outras coisas o compasso entre os postes de iluminação e às árvores.

Segundo, nós vamos poder plantar algumas espécies de maior porte (não com 40 anos) porque nenhuma das árvores escolhidas se aguenta num transplante com uma idade de 40 anos, já poderá ver isso no projecto de especialidades, que nas zonas onde a árvore é plantada por cima da placa, a altura de terra tem um metro e tem uma estrutura em ferro de fixação da árvore, porque um metro de terra é pouco e necessita da estrutura para a agarrar, quando ela tiver porte em situações de vento mais forte.

É esta a opção. Sabendo que a vida das árvores têm um fim. E aquelas que mostro junto do Tribunal foram abatidas porque chegaram ao fim da sua vida. Portanto tiveram relatórios técnicos que pode consultar. Aliás, o Partido Socialista pedi-os e eu mandei-lhos. Onde tecnicamente se demonstra que aquelas árvores já caíam ramos de vez em quando, o Tribunal por escrito já nos tinha chamado à atenção para o perigo e para resolvermos o problema por que obviamente estavam ali a sofrer com ele, e obviamente é preciso tomar uma decisão. E a decisão foi retirá-las e substituí-las por novas.

É evidente que quando uma árvore cai e mata uma pessoa, os movimentos de cidadãos não têm nada a ver com o assunto. Mas o Presidente de Câmara tem.

Vejam o que sofreu o Presidente da Câmara de Porto Santo com a queda das famosas Palmeiras, ou ainda o que sofre o Bispo do Funchal e o Presidente da Câmara Paulo Cafôfo pelos tais Plátanos centenários que caíram e mataram um conjunto de pessoas.

É evidente que agora o problema é só deles. Mas a vida do meu colega Roberto Presidente da Câmara de Porto Santos, mudou radicalmente porque foi acusado de crime por negligência.

Não sei se têm noção do que é uma acusação de crime por negligência.

Eu há dias mandei pagar um processo que estava em Tribunal há dez anos, porque um cidadão levou com uma árvore em cima à porta do nosso Hospital. Vejam lá a multiplicidade da tragédia porque ficou com 60% de incapacidade. E a nossa Câmara em vez de assumir a responsabilidade pôs-se a empalear e foi para Tribunal. E quando o processo chegou agora à minha mão, numa lógica de recorrermos ou não, eu disse não recorreremos nada. Vamos acabar com isto porque é uma vergonha.

E não foi barata a indemnização. Dividimo-la a meias com a companhia de seguros. Fizemos um acordo a três. Agora a responsabilidade é minha? Foi do meu antecessor da altura. Mas não é assim. Olhem uma árvore grande vamos lá deixar estar. E as árvores que agora lá pusemos tem um porte máximo de cinco metros de altura. E porque naquele sitio na relação com a fachada do Tribunal não é aconselhável colocar árvores de grande porte.

Questão seguinte da Ponte do Laço. Ó David em regra nas nossas obras os prazos são cumpridos. As derrapagens que existem em regra andam entre 10 e 20 por cento dos prazos. Há exceções. A Ponte do Laço é uma delas. A escola EBI de São Bernardo e outra exceção., Mas são exceções. Em regra, as obras que nós realizamos com os nossos empreiteiros têm os prazos cumpridos. Eu já falei hoje muito sobre o financiamento, o David não quer entender, continua a baralhar os números. Nós tínhamos condições de fazer a obra sem investimento privado? Claro que sim. Mas espere aí e o mais meio milhão que é preciso investir no Manuel Firmino, é dinheiro em que não podemos fazer outras coisas.

Se temos um mercado privado disponível a pagar essa despesa, porque é que o vamos fazer nós. Nós pegámos nesse dinheiro, os 3 milhões do Rossio mais o meio milhão do Manuel Firmino e vamos fazer outras coisas. E é uma entidade privada que o faz. Esta é a lógica. Quanto à Eclusa. Dizer-lhe que a sua abordagem está completamente errada. Recomendo que leia os estudos do professor Carmona Rodrigues estão na revisão do PDM, para perceber como é que se fará o jogo nesta circunstância e o que nós faremos (faremos não, está feito) a capacidade de armazenamento dentro do Canal está exponenciada para que aquilo que possa vir a mais de fora possa ser absorvido por dentro. Leia o estudo para perceber isto porque realmente já não tenho tempo para lhe dizer tudo.

E portanto, é esta atitude positiva e explicativa que continuaremos a ter com disponibilidade para conversar com o David e com todos, como sempre tivemos. Muito obrigado."

Município Rui Igreja⁰⁷¹

Assunto: Intervenção sobre Jardim do Rossio.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷³

Município José Augusto Rodrigues⁰⁷⁵

Assunto: Intervenção sobre Jardim do Rossio e a sua requalificação.

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁷⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁸

Não se verificando mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação⁰⁸⁰ do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária. Eram 00:30 horas do dia 11 de Outubro de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável pela subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)